

INVENTÁRIO
CULTURAL DO
RIO SÃO FRANCISCO



iepha
MINAS GERAIS





SECRETARIA DE
CULTURA



I62

Inventário cultural do Rio São Francisco / Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. – Belo Horizonte : Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, 2015.

115 p. : il. – (Cadernos do Patrimônio)

ISBN 978-85-66502-05-3

1. Patrimônio cultural – Minas Gerais. 2. São Francisco, Rio. 3. Patrimônio imaterial. I. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais.

CDD – 350.85

**INVENTÁRIO
CULTURAL DO
RIO SÃO FRANCISCO**





O Rio é do menino e de quem habita o rio: o velho atrás do peixe que sobe e desce o rio, pois sabe que é preciso mais pescar do que viver; o menino do rio que sabe que não há rio mais belo que o rio de sua aldeia; a mulher que lava seu branco lençol na beira do rio com os seus joelhos junto ao coração... [...] É muito grande a família do povo que faz o rio.

Ziraldo (1996)

O Inventário Cultural do Rio São Francisco, elaborado pela equipe do IEPHA-MG em parceria com o Núcleo de História Regional da Universidade Estadual de Montes Claros NUHICRE – UNIMONTES e apoio do Ministério Público de Minas Gerais – MPMG, aqui publicado na coleção Cadernos do Patrimônio Imaterial, convida-nos a um percurso por um importante território de Minas Gerais a partir das histórias construídas e vividas por seus habitantes. Os modos de vida reinventados e ressignificados no cotidiano da água e do sertão se materializam através das crenças, comidas, festas, dos fazeres, organizações coletivas, lutas pela terra, pelo rio.

A metodologia desenvolvida e aplicada pelos técnicos do IEPHA-MG neste trabalho tem como base uma etnografia do patrimônio cultural de diversos coletivos sociais de 17 municípios que margeiam o curso navegável do Rio São Francisco em Minas Gerais. Em uma perspectiva de escuta das comunidades, este trabalho reafirma o propósito desta gestão de construir uma política pública de patrimônio que avança de um conceito linear de tempo e história e de uma noção material de patrimônio para a aproximação com o presente e o reconhecimento da atividade, do processo e do produto cultural.

As implicações dessas escolhas na gestão das políticas de patrimônio e as relações estabelecidas com os “lugares de patrimônio” e com os grupos sociais exigem, assim, aproximações cada vez mais complexas tanto em relação aos critérios para institucionalização quanto em relação aos instrumentos a serem utilizados e à participação das comunidades envolvidas. *O Inventário Cultural do Rio São Francisco* possibilita o reconhecimento de novos valores em novas bases culturais vinculadas aos anseios e necessidades das comunidades entendidas como sujeitos de cultura. Propõe um olhar que vai além do reconhecimento dos produtos culturais tradicionais, artesanato, festas, músicas,



rituais para o reconhecimento dos lugares, muitas vezes segregados, como territórios de cultura que estabelecem fronteiras materiais e simbólicas.

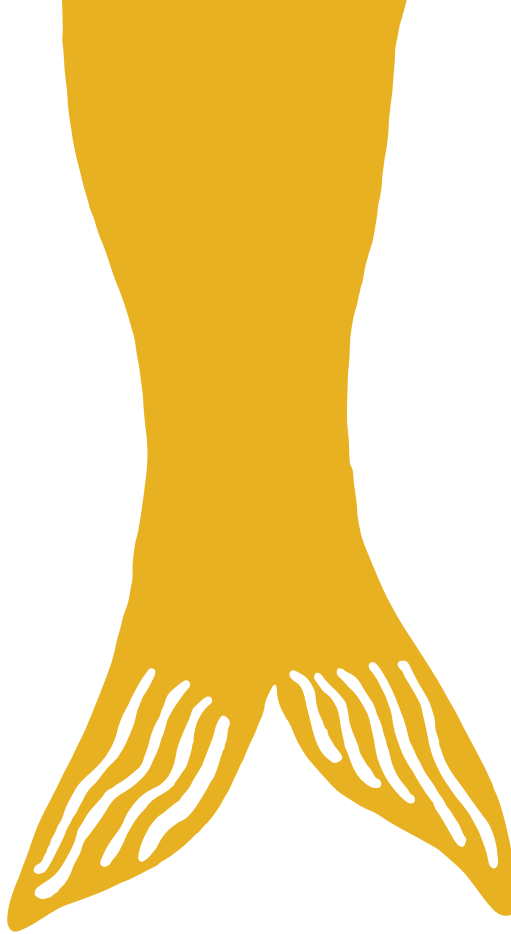
O Rio São Francisco e os municípios trazidos para este Inventário são pensados como território, não o reduzido a superfície, base ou palco das relações sociais, mas como lugar para onde convergem seus símbolos, fazeres, memórias, lutas, em que a existência das comunidades se materializa em sua história de vida.

No Inventário de seu patrimônio, os coletivos populares têm sua autoimagem retratada em seus modos de vida e experimentam o peso, não de um passado de glórias a ser cultuado, mas a ser reinventado como lição para o presente e redescoberto como memória de resistência à expropriação de suas terras, seus territórios, suas linguagens, e de seu universo simbólico. Cada comunidade que subsidiou por meio de seus saberes esse Inventário apresenta de forma plural seu patrimônio cultural, a partir da dinâmica do rio, sua presença e sua ausência: “é o tempo feito de água... Cada um passa a seu modo”.

As bordadeiras de Pirapora aprenderam a ler o tempo e histórias nos bordados dos barrados dos vestidos, mantas e fronhas... O sertanejo, artesão, espera o tempo da lua para o talho da madeira para confeccionar o carro de boi, a carranca, o barco, o pilão... O tempo do Batuque e da Dança do Carneiro é marcado pelo toque do roncoio... As fibras do “olho do buriti”, as folhas de bananeira, ervas e frutos acompanham o tempo da natureza que vira tapete, rede, brinquedo, bebida, remédio... O tempo do plantio da mandioca para a farinha, da cana de açúcar para a rapadura... O tempo da pesca... O tempo da festa, o tempo da reza... O tempo do rio e do sertão marca o tempo da vida de senhoras, senhores, meninos e meninas, quilombolas, indígenas, ribeirinhos, barranqueiros, vazanteiros, geraizeiros, veredeiros que narram suas lutas pela sobrevivência, sobrevivência de sua cultura, de sua identidade, de seus lugares de memória: Patrimônio Cultural de Minas Gerais.

Michele Abreu Arroyo
Presidente do IEPHA-MG





Apresentação	11
O Patrimônio Cultural Imaterial	19
O Rio São Francisco	23
Modos de vida e comunidades tradicionais	33
Saberes, ofícios e técnicas	41
Saberes e ofícios das águas	53
Os sabores do sertão mineiro	63
Ritos e festejos norte-mineiros	73
Dançar e expressar alegria	87
Pintura corporal e arte gráfica indígena	99
Mitos e lendas do São Francisco	101
Lugares de memória	107
Relação de bens inventariados	114





APRESENTAÇÃO

A coleção Cadernos do Patrimônio Imaterial é um dos instrumentos utilizados pelo IEPHA-MG para divulgar e promover o patrimônio cultural do Estado de Minas Gerais.

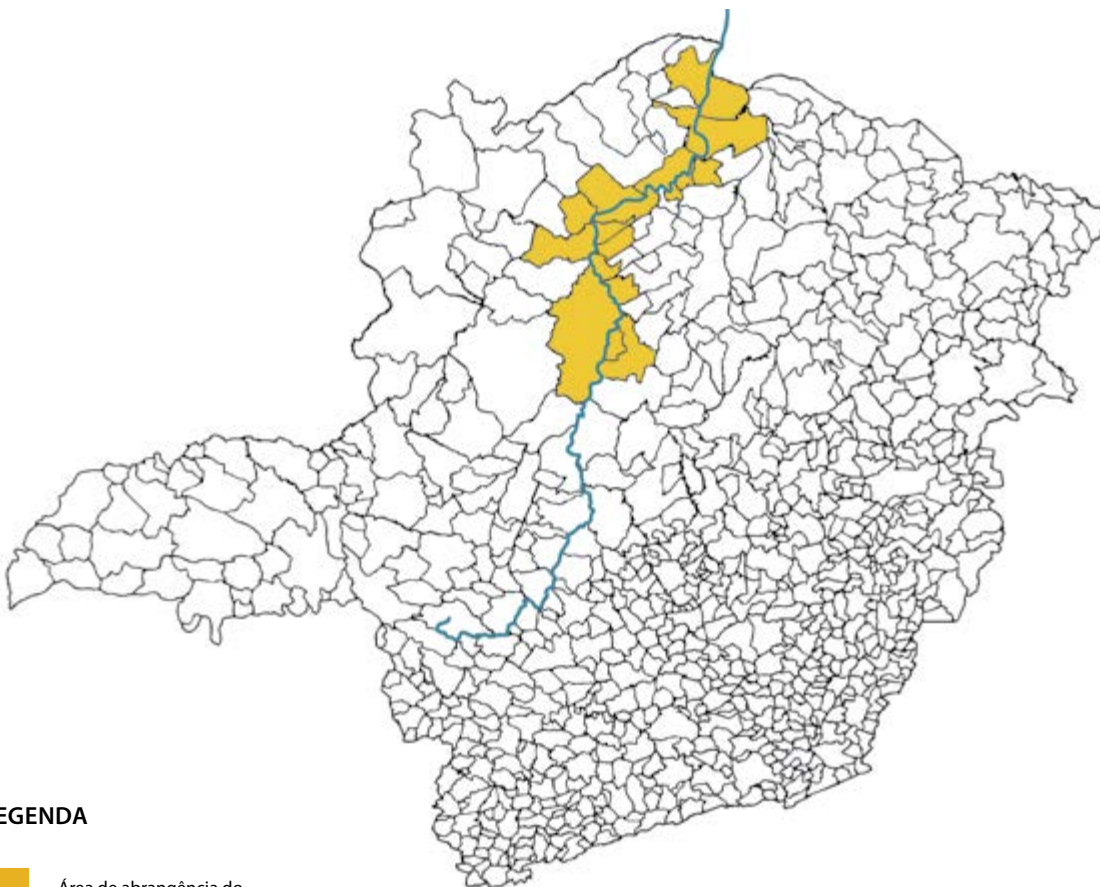
Esta terceira edição apresenta sucintamente os resultados do projeto por meio do qual inventariamos a região do Rio São Francisco, a partir da identificação de seus diversos bens culturais de natureza material e imaterial. Nosso objetivo primeiro foi o de conhecer e documentar, por meio de fichas de inventário, áudio e vídeo, os lugares, as celebrações, as formas de expressão, os saberes e fazeres mais representativos daquelas comunidades ribeirinhas. Concluída essa etapa tão significativa da pesquisa, o IEPHA-MG encontra-se munido de informações para propor políticas de salvaguarda ao patrimônio cultural daquela região, como o Registro de bens imateriais, o Tombamento de bens culturais materiais, a ampliação do Inventário e de linhas de pesquisa. Além disso, a experiência adquirida com o projeto permitiu ao Instituto consolidar uma metodologia de Inventário e Registro própria e que pode ser executada em outras regiões do estado.

Desde o princípio, o caminho delineado foi o de construir um processo participativo com envolvimento das comunidades, mobilização dos detentores do saber e dos agentes locais. Com essas expectativas a equipe do IEPHA-MG desceu o rio, seguindo seus meandros, saindo de Pirapora (MG) e percorrendo inúmeros povoados e comunidades em 17 municípios. A equipe, por força do ofício,

parou em Manga (MG), divisão política, porém imaginária, entre Minas e Bahia, fronteira que, todavia, não comporta a grandeza e os limites e fluxos culturais entre o norte de Minas e o sul da Bahia. A opção pelo recorte da parte navegável do São Francisco se deu em função de nele estarem presentes de forma mais acentuada os deslocamentos populacionais e de mercadorias entre o nordeste e o norte de Minas.

MUNICÍPIOS QUE POSSUEM BENS INVENTARIADOS

Manga | São João das Missões | Matias Cardoso | Itacarambi | Jaíba | Januária | Pedras de Maria da Cruz | São Francisco | Pintópolis | Icaraí de Minas | Ubaí | São Romão | Ponto Chique | Ibiaí | Buritizeiro | Pirapora | Várzea da Palma



LEGENDA

- Área de abrangência do Inventário Cultural do Rio São Francisco
- Rio São Francisco

0 50 100 200 km

* É importante ressaltar que as práticas culturais inventariadas são recorrentes e foram identificadas em todo o sítio pesquisado. Contudo, se estabeleceu como metodologia a seleção de um representante de cada bem cultural.



O norte de Minas Gerais sempre foi um local de grande importância histórica e cultural, tanto para Minas quanto para o Brasil. Palco de inúmeras contestações políticas e sociais, resistências expressas em personagens como Maria da Cruz e Antônio Dó, sua gente se mesclou à paisagem agreste e ao Rio São Francisco. O rio, que conforma e delimita espaços, verte água e cultura na vivência dos seus habitantes. A identidade e a tradição de sua população se expressa de variadas formas, como nos saberes de adaptação e de modificação do ambiente, nos causos, mitos e lendas, na cultura material, nas artes e nos artesanatos, nos saberes de cura, na culinária, na expressão de fé e de religiosidade e em tantas outras possibilidades.

Maria da Cruz foi, e continua sendo, uma figura emblemática e pouco conhecida pela grande maioria das pessoas. Sua história aparece nos textos de Diogo de Vasconcelos, que a considerava uma heroína. Maria da Cruz teve seu nome relacionado aos conflitos políticos ocorridos, no ano de 1736, na atual região do norte de Minas. O episódio ficou conhecido como “os motins do sertão”, uma série de rebeliões contra a administração colonial. Maria da Cruz e seus filhos eram donos de importantes negócios na região, ela foi presa, acusada do crime de lesa majestade e condenada ao degredo. Em 1739, recebeu carta de perdão do rei e retornou às suas atividades. Sua história ganhou destaque e o povoado próximo ao lugar de suas terras recebeu atualmente o nome de Pedras de Maria da Cruz.

Fonte: SOUZA, Alexandre Rodrigues de. A rebelde do sertão: Maria da Cruz e o motim de 1736. **Varia História**, UFMG, Belo Horizonte, v. 29, p. 453-475, 2013.

Antônio Dó foi um fazendeiro que veio com a família do sertão baiano para a cidade de São Francisco por volta do ano de 1878. Relatos dizem que sua vida até o ano de 1909 era tranquila. Naquele ano foi injustiçado pela polícia local e teve seu irmão assassinado em benefício de golpistas que lhes tiraram as terras que eram seu sustento e de sua família. Revoltado, após fugir da prisão, se tornou jagunço e começou a viajar pelos sertões mineiro, goiano e baiano, oferecendo serviços para os coronéis e senhores, e fazendo justiça com as próprias mãos. Como as motivações que o tornaram matador eram desconhecidas pela maioria, foi tomado como bandido e considerado perigoso nas regiões por onde passava. Morreu em 1929 após uma desavença com um de seus capangas. Várias histórias cercam a figura de Antônio Dó, que, após sua morte, foi considerado herói e símbolo da resistência e contra a opressão que muitos vivem no norte de Minas. Também ganhou páginas de Guimarães Rosa, em *Grande Sertão Veredas*, sobre sua trajetória.

Fontes: MARTINS, Saul. **Antônio Dó**: a história verídica de um jagunço famoso. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1967. / RODRIGUES, Rejane Meireles Amaral. Oralidade: as várias faces da vida de Antônio Dó. In: **Revista de História e Estudos Culturais**. Volume 2. Ano 2.

Toda essa variedade cultural de alguma forma já estava reconhecida, seja por sua gente, seja pela literatura ou por instituições de ensino e pesquisas diversas. Entretanto, tal acervo ainda não estava sistematizado pelos mecanismos de identificação, conhecimento e preservação cultural de Minas Gerais. Foi necessário, portanto, proceder à identificação das *referências culturais*¹ e à compreensão de o que seria o patrimônio cultural da região. A participação social com comunidades, grupos, mestres, organizações locais, instituições de ensino e tantos outros foi condição fundamental para esse processo.

Com o desenvolver da pesquisa, os resultados alcançados foram significativos como, por exemplo, na etapa de *Levantamento das referências culturais*, quando foram identificadas cerca de 3.180 referências em 123 acervos. O levantamento foi realizado em jornais, revistas, teses, dissertações, monografias, textos técnicos, vídeos, fotos, gravações em áudio, revistas, livros e em muitas outras fontes. Nessa etapa também foram aplicados os *Mapas de Percepção*².



Na metodologia de construção do Inventário do Rio São Francisco, os mapas foram ferramentas fundamentais para identificação das referências culturais compartilhadas pela população. Construídos em conjunto com as comunidades em quatro fóruns, eles serviram para identificar contatos, saberes, celebrações, ritos, lugares, formas de expressão e tantas outras referências relacionadas com a cultura dos sanfranciscanos. Os mapas tornaram-se também indispensáveis para uma construção coletiva e uma aproximação entre equipe de pesquisa, instituições e comunidades.

É importante destacar que a pesquisa foi resultado da parceria entre o órgão de preservação e a universidade. A proximidade da universidade localizada na região fez toda a diferença no resultado do trabalho, já que os programas e linhas de pesquisa estão voltados para a produção de conhecimento sobre a região, assim como o fato de que os docentes e discentes vivem nela, em diferentes localidades. A interlocução entre instituição de ensino e sociedade teve como objetivo também criar um laço afetivo e uma base para estabelecer uma política de preservação mais próxima das realidades locais. A interdisciplinaridade dos profissionais envolvidos já há muitos anos com as comunidades pesquisadas enriqueceu sobremaneira o olhar para as singularidades e riquezas que encantam este Inventário.

18 Ao longo de todo o processo da pesquisa, foram realizadas dezenas de entrevistas, gravações, fotografias, registros audiovisuais. Como resultado foram feitas aproximadamente 10.200 fotos, realizadas em torno de 62 horas de filmagens e reunidas inúmeras páginas de transcrição de entrevistas e documentos, fichamentos e levantamentos de dados.

Após essa etapa foram selecionados, com a comunidade, os bens culturais que seriam inventariados. Ao final foram elaboradas 103 fichas de inventário³, sendo 76 bens culturais, 26 localidades e uma ficha do sítio. Parte deste material será apresentado nas páginas que se seguirão.

A expectativa se volta agora para os desdobramentos do projeto, com o desenvolvimento de Registros e Tombamentos e a implantação das ações previstas no Plano de Salvaguarda do Patrimônio Cultural do São Francisco, plano este construído conjuntamente com a comunidade detentora de tão rica diversidade cultural.

**Equipe do Projeto de Inventário
do Patrimônio Cultural do Rio São Francisco**

NOTAS

1. As *referências culturais* dizem respeito ao universo cultural que circunda indivíduos e grupos, e nos quais eles se reconhecem, valorizam e, portanto, adquirem sentidos. Englobam um conjunto de elementos que transitam entre a materialidade e a imaterialidade. Conforme enfatizam Maria Cavalcanti e Maria Fonseca, “a referência cultural é um conceito-chave na formulação e na prática da política brasileira de salvaguarda”. (CAVALCANTI, Maria Laura; FONSECA, Maria Cecília Londres. **Patrimônio Imaterial no Brasil**. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008.)

2. Desenvolvidos em diversas áreas do conhecimento como a Geografia Humana, a Antropologia e a Psicologia, os *Mapas de Percepção* são uma ferramenta que trabalha, por um lado, com a percepção do ambiente, ou seja, com a subjetividade do olhar e do sentir de indivíduos e de grupos que expressam seus valores, atitudes e preferências e, por outro, com os mapas que são representações simbolizadas da realidade. O processo de construção dos mapas torna possíveis a comunicação e o compartilhamento das referências culturais. O IEPHA-MG os utiliza em suas pesquisas como instrumento participativo de levantamento das referências culturais de comunidades e grupos.

3. Ver lista de bens inventariados.





O PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL

O chamado Patrimônio Cultural Imaterial – PCI – é entendido como:

as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – em conjunto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este Patrimônio Cultural Imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana¹.

O Patrimônio Cultural Imaterial se manifesta em vários aspectos e, em particular, nas tradições e expressões orais, incluindo o idioma; nas expressões artísticas; nas práticas sociais; nos rituais e atos festivos; nos conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao ambiente; nas técnicas artesanais tradicionais, entre outros. Como a própria dinâmica da cultura, o Patrimônio Cultural Imaterial não se separa de sua vertente material e muito menos da sociedade ou do grupo que o produz. Ele está profundamente relacionado com os praticantes, sem os quais não tem razão de



ser, e possui características específicas que devem ser levadas em consideração nas diversas ações de política pública de valorização, assegurando aos seus praticantes a possibilidade de continuidade.

Entre os instrumentos de proteção dos bens culturais imateriais estão o Inventário, o Registro e a Salvaguarda. Em linhas gerais, o Inventário é o primeiro passo no sentido de colher informações e conhecer o bem cultural. O Registro visa à inscrição do patrimônio cultural em um dos livros, seja dos Saberes, das Celebrações, das Formas de Expressão, dos Lugares, ou outros, tendo sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância para a memória, a identidade e a formação da sociedade. Além disso, o Registro é o reconhecimento, pelo Estado, de que determinado bem cultural tem caráter identitário e, portanto, constitui-se como Patrimônio Cultural. A Salvaguarda se refere a um conjunto de ações que visam a contribuir para a perpetuação do bem cultural, e deve ser construída, prioritariamente, com os responsáveis por sua existência.

O Estado de Minas Gerais apresenta um patrimônio cultural rico e diverso: festas, ritos, cantos, ofícios, linguagens, culinária, artesanatos, modos de fazer, lugares e tantos outros, que constituem bens culturais dos mineiros. Assim, o papel do Estado, por meio do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA-MG e de sua Diretoria de Proteção e Memória – DPM, é reconhecer, valorizar, apoiar e promover esse patrimônio.

NOTAS

1. UNESCO. **Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial**. Paris, 2003.







O RIO SÃO FRANCISCO

A coisa que evoluiu nesse tempo, aqui não tinha estrada, a estrada que tinha aqui era o Rio [...], ele era tudo pra nós, além do trânsito e a cultura que ele nos dava.

João Batista de Jesus

(morador da Comunidade de Barra do Pacuí)

25

O Rio São Francisco ou *Opará*, na linguagem tupi-guarani, é um dos principais cursos d'água do Brasil e da América Latina. O rio tem seu nome associado à expedição de reconhecimento da costa brasileira feita por Américo Vespúcio, que avistou sua foz no dia 4 de outubro de 1501. Nesse período era comum que as expedições batizassem os lugares desbravados com o nome do santo padroeiro do dia. Naquele dia específico, o santo era São Francisco de Assis.

O Rio São Francisco possui uma extensão de 2.830 quilômetros e sua bacia hidrográfica possui cerca de 640 mil quilômetros quadrados. Abrange seis estados - Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Goiás - e o Distrito Federal, contemplando aproximadamente 504 municípios. A região de influência do rio, chamada de região sanfranciscana, está dividida em quatro trechos: o Alto São Francisco - das nascentes na Serra da Canastra (MG) até a cidade de Pirapora (MG); o Médio São Francisco - de Pirapora (MG) até Remanso (BA); o Submédio São Francisco - de Remanso (BA) até Paulo

Afonso (BA); e o Baixo São Francisco - de Paulo Afonso (BA) até a foz, entre Sergipe e Alagoas. A população que habita a bacia é estimada em cerca de 16 milhões de pessoas, com um consumo de água que chega a 91 m³/s¹.

O uso das águas do rio e a ocupação de suas imediações não é algo recente. Ao contrário, a ocupação humana atravessou os séculos e deixou suas marcas na paisagem e nos costumes de sua gente. A região do Alto Médio São Francisco, por exemplo, teve seu processo de ocupação associado a diversos movimentos migratórios e deslocamentos que remontam ao período pré-histórico, que passam pela ocupação indígena na região, pela chegada das primeiras expedições portuguesas, seguido do povoamento dos bandeirantes, pela formação das comunidades e dos povoados, até o estabelecimento dos núcleos urbanos atuais. A tônica de ocupação desses espaços foi - e ainda é - marcada por conflitos que provocaram intensas modificações na paisagem e na própria estrutura do rio.

Vestígios arqueológicos encontrados no Norte de Minas, principalmente nas cidades de Itacarambi, Januária e São João das Missões, localizadas no Vale do Peruaçu, indicam que a ocupação humana na região é de aproximadamente 12 mil anos². Tais indícios (restos alimentares, instrumentos, pinturas rupestres, fósseis) apontam que, desde aquela época, a fertilidade do Rio São Francisco contribuiu para o assentamento das diferentes populações que ocuparam suas margens.



Entre os séculos XVI e XIX, os relatos e mapas dos viajantes e naturalistas estrangeiros que percorreram o sul da Bahia e o norte de Minas Gerais mostravam que estas áreas eram ocupadas por diversos grupos indígenas. O *Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendaju* (1987) apontava que, do século XVI ao XVIII, a região era território dos Ampira, Tabajara, Maracá, Catolé, Caiapó, Cururu, Kiriri, Akroá e Xakriabá. A partir do século XIX, são mencionados somente os índios Xakriabá, etnia existente até hoje³.

A abrupta ausência dos outros grupos indígenas nessas representações está diretamente relacionada com as primeiras expedições portuguesas empreendidas durante a segunda metade do século XVI, que tinham como finalidade identificar possíveis minas de metais e pedras preciosas e proceder ao “preamento” dos índios.

Naquele período, o Rio São Francisco serviu como divisa natural entre as capitanias de Pernambuco e Bahia, e era a principal via de acesso para as regiões do Alto e Médio São Francisco. Ao longo do século XVI e início do século XVII, os colonos ocuparam a região de forma mais efetiva. Foram os baianos e pernambucanos vindos do Norte e as bandeiras paulistas vindas do Sul que se estabeleceram e expandiram os povoados na região, alcançando também os sertões.

As entradas e bandeiras que embrenharam no norte de Minas estavam vinculadas às figuras do Mestre de Campo Matias Cardoso, fundador de diversos povoados situados ao longo do São Francisco, do seu filho Januário Cardoso, de Antônio Gonçalves Figueira



e Manuel Nunes Viana. Os bandeirantes estabeleceram como estratégia para ocupação territorial dizimar os povos indígenas, forçando o recuo dos remanescentes, além de utilizá-los como mão de obra para a construção das fazendas de gado, atividade extensiva nos sertões do norte de Minas⁴.

Além dos nativos, escravos fugidos fundaram quilombos na região antes mesmo da chegada dos colonos e também sofreram com a violência empregada pelos portugueses. Muitos desses agrupamentos, assim como os indígenas, produziam a própria subsistência a partir da caça, da pesca e do extrativismo de plantas nativas como a mandioca e os frutos do cerrado.

Com o passar dos anos, já no final do século XVII e início do século XVIII, o Rio São Francisco foi um importante elemento de comunicação fluvial entre as capitanias. Possibilitou a expansão do processo de interiorização rumo aos sertões, o escoamento da produção agrícola que abastecia a região mineradora e o deslocamento das pessoas que utilizavam as barcas e canoas como meio de transporte para penetrar o território.

Durante o século XIX, após o processo de emancipação de Portugal, o Rio São Francisco foi eleito pelo governo como suporte físico para a unidade territorial do império, promovida também pela convergência das diversas etnias e culturas que se interligavam pelas suas águas. Com o fim da escravidão negra, na segunda metade do século XIX, houve um esvaziamento das fazendas de gado na região, com a saída dos índios e dos negros libertos, dando início a um novo processo de ocupação das áreas adjacentes ao Rio São Francisco. Tais populações começaram a ocupar as vazantes, chapadas, áreas alagadiças, ilhas e as terras pouco distantes do rio, fixando e estabelecendo ambientes comunais e uma dinâmica socioeconômica característica. Criavam gado, pescavam, extraíam plantas e frutos, construíam casas com barro e as cobriam com palhas de buriti e bananeira. Para os utensílios domésticos utilizavam o couro e a madeira, produziam cachaça, licores e farinha de mandioca, fabricavam barcos, trabalhavam como remeiros, festejavam os santos e se divertiam com os versos e as danças⁵.

Ao passo que se formavam as comunidades tradicionais na região do norte de Minas, chegava também o ideal de modernidade e progresso com a instauração do sistema republicano no Brasil, no final do século XIX e início do século XX. Cidades como Manga, Januária e Pirapora se tornaram territórios para intensas trocas comerciais, devido principalmente à presença dos portos fluviais e à produção agropecuária das localidades.

O desenvolvimento econômico, político e social da região garantiu destaque ao norte de Minas, contribuindo para o alcance do progresso que se pregava

na época. Com isso, foram colocados em prática projetos de implantação de vias e pontes ferroviárias para interligar o País. Um exemplo foi a construção da Ponte Marechal Hermes, bem cultural tombado pelo IEPHA-MG, erguida sobre o Rio São Francisco, com o intuito de ligar o Rio de Janeiro, então capital do Brasil, a Belém do Pará, no norte do País. A ponte, símbolo da modernidade que se almejava no período, foi construída entre os anos de 1911 a 1922, e liga os municípios de Pirapora e Buritizeiro. Entretanto, a ponte nunca serviu como travessia de locomotivas, pois a construção da ferrovia foi interrompida poucos metros após cruzar o rio⁶.

Também sob o emblema do progresso, deu-se início ao uso de embarcações movidas a vapor, para navegação comercial no Rio São Francisco. Ao longo dos anos, os vapores se tornaram referência e diversas companhias começaram a surgir. Dentre eles destaca-se o Vapor Benjamin Guimarães, construído em 1913 e único em atividade até os dias





de hoje. Tombado pelo IEPHA-MG em 1985, o Benjamim Guimarães funciona como atrativo turístico desde os anos 1980, percorrendo pequenos trajetos pela região.

Nos anos de 1930 e 1940, o governo do presidente Getúlio Vargas colocou o Rio São Francisco como prioridade entre seus planos de desenvolvimento. Nesses planos o Estado investiria em políticas de planejamento e intervenção na região nordeste, em particular no São Francisco, demarcando o Polígono das Secas. A região da bacia do São Francisco passou a ter outra importância estratégica para o País a partir dessa época. Para além do combate aos efeitos da seca, a nova proposta era de que o governo federal promovesse o desenvolvimento econômico e social da região.

Nas décadas de 1950 e 1960 houve uma intensificação de fluxos migratórios para as cidades no vale do São Francisco. Em 1958 uma forte seca expulsou muitas famílias do campo e o investimento na industrialização atraiu a população para as cidades da região e também para grandes centros como Rio de Janeiro e São Paulo. O fluxo foi tão intenso que Pirapora chegou a ter um centro de triagem de migrantes. A população vinha do nordeste do Brasil viajando nos navios a vapor até Pirapora e daí embarcava na estação de trem com destino ao Rio de Janeiro. Muitos desses migrantes se estabeleceram pelos povoados e cidades do caminho, contribuindo para o amalgamento de culturas. A navegação a vapor no São Francisco se desenvolveu bastante naqueles anos e deixou sua marca na vivência das populações da região, especialmente nos ribeirinhos.

Na década de 1970, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE passou a incentivar a industrialização da região com projetos voltados principalmente para a metalurgia. Houve grandes investimentos, transformando a estrutura urbana das cidades e interferindo nos hábitos e costumes das populações. Nos anos seguintes, grandes projetos de agricultura, como o Projeto Jaíba, modificaram a paisagem e acirraram conflitos na região.

Por sua grandeza e importância estratégica, social, econômica e cultural, o Rio São Francisco, ao longo dos anos, foi e é o espaço de grandes projetos. Mais recentemente, a transposição de suas águas para as populações do semiárido brasileiro tem suscitado uma série de discussões na sociedade. A ideia de transpor as águas do rio não é algo recente, já havia se cogitado a hipótese em meados do século XIX no governo imperial, porém os estudos então elaborados



pelo Barão de Capanema (1824-1908)⁷ identificaram a impossibilidade de realizar a transposição das águas diante da falta de recursos técnicos. Em 1909, a transposição foi cogitada novamente e, mais uma vez, abandonada. Em 1922, Eptácio Pessoa, então presidente do Brasil, retomou a ideia também sem sucesso. No período militar (1964 -1985), a transposição foi novamente considerada. Entretanto, questões políticas e os altos custos para sua implantação fizeram com que o governo acobertasse o problema da seca nordestina e renegasse o projeto. Dos anos de 1990 até os anos 2000, houve inúmeras tentativas de execução, que somente obtiveram êxito em 2007, quando se deu início às obras.

O Rio São Francisco foi e é fundamental para a integração do território brasileiro. Ao longo da nossa história, marcada por diversos conflitos, relações de dominância, concessões e assimilações, o rio possibilitou a interação étnica e cultural entre portugueses, indígenas e africanos que formaram os povos que vivem na região. A importância e a riqueza cultural dessa região estão, sobretudo, na vivência diária desses povos e em sua interação com o ambiente natural. Essa “gente”, os autodenominados “povos sanfranciscanos” ou “gente do São Francisco”, como os *geraizeiros, pescadores, ribeirinhos, barranqueiros, quilombolas, indígenas, remeiros, vazanteiros, veredeiros, campineiros, catingueiros, chapadeiros*, entre tantos outros, estabelecem uma relação íntima com o rio, fazendo dele um elemento fundamental para a constituição de suas identidades. O rio é o caminho e o espaço de vida para as comunidades que dele vivem e que fazem de suas águas estrada, moradia e fonte de subsistência. O São Francisco é a moldura de seus retratos. É a base para o contexto social, cultural, econômico, religioso, mítico e vivencial do norte de Minas.

NOTAS

1. IBGE. **Censo Populacional da Bacia do São Francisco**, 2010.
2. PROUS, A.; RODET, M. J. Arqueologia do Vale do Rio Peruaçu e Adjacências (1). **Arquivos do Museu de História Natural UFMG**, v. 19, 533, p. 2009.
3. NIMUENDAJU, Curt. **Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendaju**. Rio de Janeiro: IBGE/Fundação Nacional Pró-Memória, 1981.
4. MOREIRA, Hugo Fonseca. **Se for pra morrer de fome, eu prefiro morrer de tiro: o Norte de Minas e a formação de lideranças rurais**. 129f. Dissertação

(Mestrado) - Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ. 2010.

5. COSTA, Aderval. **Os Gorutubanos**: territorialização, produção e sociabilidade em um quilombo do centro norte-mineiro. 2008. 293f. *Tese* (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília.

6. MOLINARI, Luis G. Ponte Marechal Hermes - Pirapora e Buritizeiro. In: **Guia dos bens tombados IEPHA-MG**. 1.ed. Belo Horizonte: Margem 3 - Comunicação estratégica, 2011, v. 1, p. 57.

7. Engenheiro, físico e chefe da Comissão Científica de Exploração.





MODOS DE VIDA E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Mire e veja: o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando.

Guimarães Rosa

35

O norte de Minas oferece uma intensa diversidade de modos de vida. Os moradores do chamado Médio São Francisco possuem maneiras próprias de experienciar a vida, muito embora suas referências culturais transpassem seu território e se estendam para todo o Brasil. Na região delimitada no Projeto São Francisco, que vai de Pirapora a Manga, é possível encontrar uma multiplicidade de vivências, realidades, costumes, memórias, origens e meios de subsistência.

Existem inúmeras Comunidades Tradicionais¹, ao longo das cidades margeadas pelo rio, formadas por *quilombolas, indígenas, ribeirinhos, barranqueiros, vazanteiros, geraizeiros, veredeiros*, dentre outros. Essa heterogeneidade de grupos se dá em relação direta com a diversidade de culturas e povos que povoaram aquele território, assim como em função da variedade de ecossistemas presentes na região: sertões, chapadas, veredas, cerrados, caatingas, demonstrando a interação entre homem e natureza.

Esses povos possuem vínculo sólido e profundo com o Rio São Francisco, a vegetação, a lua, o sol e a terra. A natureza, além de essencial à vida, pois é do seu uso que se obtém o sustento, define formas de sociabilidade e lhes confere identidade e diversidade

cultural. Essas comunidades abrigam e dão suporte para a vivência das múltiplas tradições e manifestações culturais da região. Assim como as águas se misturam nesse universo hídrico, as identidades se mesclam e se delimitam, sendo possível encontrar, por exemplo, comunidades quilombolas e vazanteiras ao mesmo tempo.

Os povos que vivem nas beiradas e ilhas do rio, e ali trabalham, costumam se autodenominar como vazanteiros ou barranqueiros, dependendo da região. É a gente que mora no espaço inundável, onde, temporariamente, planta e colhe, até que a cheia apareça. Esses homens e mulheres da margem do São Francisco definem o tempo de suas vidas de acordo com o tempo do rio, e por isso estabelecem laços de pertencimento e de dependência com o ambiente.

Comunidades como Pau Preto, Pau de Léguas, Lapinha e tantas outras são reconhecidas por sua luta pelo acesso à terra e pela manutenção de suas tradições. Autorreconhecidos como vazanteiros e quilombolas, esses povos possuem uma dinâmica sociocultural marcada pela interação com o ecossistema, pelos conhecimentos tradicionais e pelo domínio do seu território, afinal, a vida diária é de permanente contato com a natureza.

Além dos grupos citados, o norte de Minas comporta dezenas de outras Comunidades Tradicionais. Nos dezessete municípios inventariados pelo Projeto São Francisco existem 42 comunidades autorreconhecidas². Entre elas estão a Comunidade de Justa II e Brejo São Caetano do Japoré, em Manga (MG), a Comunidade de Gerais Velho, em Ubaí (MG), e a Comunidade Quilombola de Palmeirinha, em Pedras de Maria da Cruz (MG).

Como traços comuns essas comunidades guardam aspectos como grau de parentesco e compadrio entre os moradores, a partilha de espaços de moradia, de trabalho e de lazer, as danças, os batuques, a culinária, a devoção aos santos e a utilização consciente dos recursos naturais, aspectos constituidores de uma identidade coletiva.

Na região existem diversos povos ribeirinhos como, por exemplo, os que vivem na Comunidade de Barra do Pacuí, em Ibiaí (MG). Aliás, Barra do Pacuí representa a relação entre o sertão e o rio, cenário onde a natureza, a vida sertaneja, o São Francisco e a cidade se relacionam. A comunidade foi estabelecida em meados da década de 1930, quando algumas famílias constituídas por ribeirinhos pescadores e trabalhadores rurais compraram conjuntamente uma terra de 38 hectares. Os moradores da comunidade vivem de modo tradicional, garantindo seu sustento por meio da pesca artesanal, da produção de farinha de mandioca, do extrativismo dos frutos do cerrado e da agricultura familiar, baseada na plantação de milho, feijão, abóbora e melancia nas ilhas. Com o passar do tempo,

a comunidade cresceu e hoje é habitada por aproximadamente 250 pessoas, que vivem em residências desmuradas, com quintais abertos e janelas e portas voltadas para a rua.

[...] hoje tem bastante pessoas, apesar que quase todos são família, mas tem muitos de fora que chegou e entrou nas família, os que vieram era bem mais pouco, mas também produziu... essa família produziu bastante, simplesmente...

João Batista de Jesus

(morador da Comunidade de Barra do Pacuí)

A comunidade concentra diversas referências culturais, como a Festa de São Gonçalo, a Festa de Nossa Senhora Aparecida e a Folia de Reis. Também trabalha o artesanato, conta suas lendas e sua culinária possui elementos da cultura sertaneja e ribeirinha, sendo característicos pratos como arroz com pequi e carne de sol e peixe cozido com pirão.

Ao longo dos anos, os fazendeiros dos arredores alargaram suas cercas e encurtaram o território da comunidade, que atualmente possui cerca de 20 hectares. Os moradores de Barra do Pacuí resistem e lutam contra a diminuição do seu território, além de persistirem na preservação de seu modo de subsistência, de seus saberes e práticas criadores da identidade cultural.

37

A gente é um povo que ao longo da sua história, como vários outros povos, sofreu com a chegada dos bandeirantes na região, e no qual, durante muito tempo, foi aos poucos né, perdendo muitos dos nossos costumes, forçado, né. Tirou inclusive, né, a nossa forma de falar, a língua materna, né. E hoje nós tamos fazendo um trabalho muito intensivo através da educação, de toda a cultura, mas principalmente da língua materna, que é muito importante para a sobrevivência de um povo.

Hilário Xakriabá

(liderança Xakriabá)

Os povos indígenas também habitam a região sanfranciscana. Dizimados em outras regiões do estado, os Xakriabá se fixaram tradicionalmente ao longo do Rio São Francisco, na região localizada entre o sul da Bahia e o norte de Minas. A história do território que ocupam hoje, em São João das Missões, está associada às missões catequizadoras utilizadas como mecanismo para controlar os índios e à doação da terra por Januário Cardoso aos aldeados. No decorrer dos anos, os Xakriabá enfrentaram disputas abertas e sangrentas com fazendeiros, além de diversas dificuldades para manter seu território. Atualmente, os índios Xakriabá mantêm e ressignificam sua cultura, por meio da recuperação de sua língua,



da religiosidade, do artesanato, das danças, das festas, dos mitos e lendas, do conhecimento das plantas medicinais e de pinturas e grafismos corporais.

Outro exemplo de Comunidade Tradicional é a Vila do Morro, localizada na cidade de São Francisco. No povoado, que possui uma população de cerca de 2.000 habitantes, é marcante o ofício da construção do carro de boi. Os moradores mais velhos dão continuidade à prática, transmitindo seus saberes aos mais jovens por meio da oralidade. Em Vila do Morro, os festejos religiosos mesclam a devoção aos santos com os elementos da vida campesina, como na Festa do Carro de Boi, a Festa de Nossa Senhora Aparecida, padroeira dos carreiros, e a Festa de São Sebastião, quando acontece a tradicional cavalgada. Na localidade se destacam as práticas de curas, de benzeções e do ofício de partejar desempenhadas principalmente pelas mulheres do povoado.

As populações do norte de Minas produziram ao longo dos anos uma ampla diversidade cultural promovida a partir das diferentes formas de apropriação do território. Tais dinâmicas possibilitaram o desenvolvimento e a manutenção dos saberes, técnicas e ofícios ligados à natureza, das formas de dançar e expressar alegria, dos mitos e lendas que povoam o imaginário, dos ritos e festejos religiosos e de seus lugares de memória.

NOTAS

1. De acordo com o Decreto nº 6.040, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, podem-se agrupar nesta categoria “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.

2. Lista de Certidões Expedidas às Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs) até a data de 23 de fevereiro de 2015, na qual figuram as comunidades: Gerais Velho, Água Viva, Alegre, Alegre II, Balaieiro, Barreiro, Barreiro do Alegre, Buritizinho, Cabano, Caluzeiros, Capoeira Grande, Gameleira, Grotinha, Lambedouro, Onça, Pasta Cavalo, Pé da Serra, Pedras, Picos, Pitombeiras, Pitombeiras II, Quebra Guiada, Retiro dos Bois, Riachinho, Várzea da Cruz, Vila Aparecida, Lapinha, Praia, Bebedouro, Brejo de São Caetano, Espinho, Ilha da Ingazeira, Justa I, Justa II, Malhadinha, Pedra Preta, Puris, Vila Primavera, Bom Jardim da Prata, Buriti do Meio, Palmeirinha e parte dos Gurutubanos, que está localizada no município de Jaíba.









SABERES, OFÍCIOS E TÉCNICAS

A maioria dos saberes, fazeres, ofícios e técnicas artesanais das populações que vivem no norte de Minas é inspirada nos elementos da natureza e na necessidade de sobreviver neste espaço. O clima, as estações do ano, a vegetação, a água, o sol, a lua, as chuvas e as secas influenciam não só a produção dos utensílios, artesanatos e alimentos nesse território, mas, sobretudo, seus costumes, suas práticas e sua vivência. O sertão e o rio se constituem, portanto, como importantes espaços de trabalho e vivência para as múltiplas gentes da região. É nesses ambientes que os saberes revelam o tempo e o modo de fazer apropriados, garantindo o plantio acurado e uma boa colheita.

43

MADEIRAS

Inúmeras técnicas produtivas e artesanais são realizadas a partir da utilização consciente da madeira, entre elas a fabricação de pilões, gamelas, barcos, canoas, utensílios domésticos, estrutura para selas, ferramentas de produção (agulha para confecção de redes de pesca, peneira para fabricação de farinha de mandioca), imagens religiosas, mobiliário, esculturas (famílias ribeirinhas, surubins, carrancas) e instrumentos musicais.

Esses fazeres são marcados pelo uso de conhecimentos tradicionais que direcionam a realização de atividades, como, por

exemplo, a observação das fases da lua e das estações do ano. Para esses povos, a lua *alumia* o céu e indica a época em que se pode extrair a madeira e diversas vegetações.

Conforme o saber local, a lua influencia na produção do carro de boi, pois a madeira utilizada deve ser retirada durante a lua nova, conhecida como lua fraca. Durante os séculos XVI e XVII, o carro de boi foi um importante instrumento de trabalho nas zonas rurais e servia para transportar alimentos, mercadorias e pessoas, enfrentando os obstáculos das estradas rudimentares. O veículo era construído pelos próprios condutores, conhecidos como carreiros. Atualmente, representa uma das mais antigas tradições no transporte de carga entre as zonas rural e urbana. Ao longo dos anos, o carro de boi foi gradativamente substituído pelos automóveis e hoje faz parte do imaginário e da cultura local. Muitos apreciam seu “cantar”, festejam suas histórias e preservam a tradição do seu modo de fazer.

Ah, isso foi eu ajudando pai. Pai é mais assim de idade, né? Aí eu comecei a ajudar ele com uns 15 anos. Aí ele parou e eu continuei. Antigamente era no serrote. Ele riscava e eu serrava.

José Faustino Lima Soares

(carpinteiro, fabricante de barcos e carro de boi)

Antigamente o carro de boi era o meio de transporte, era a ambulância, era até o corpo de bombeiros. Tudo que ocê carregava era no carro de boi. A pessoa adoecia, ia daqui para Montes Claros no carro de boi. A feira, tudo era em cima do carro de boi. Então, para a maioria do pessoal que viveu na zona rural, é o momento de recordação mesmo.

Kennedy

(fabricante de carro de boi)

O valor simbólico do Rio São Francisco, a vegetação local e o cotidiano exercem uma influência direta sobre os artigos produzidos pelos artesãos que trabalham com a madeira. Os escultores costumam criar imagens religiosas, carrancas, peixes e adornos abordando a vivência das famílias ribeirinhas. O saber local orienta que o corte da madeira utilizada para esse fim seja feito no quarto da lua, ou seja, três dias antes ou três dias depois da lua cheia, para que a madeira não corra o risco de rachar.

Além das fases da lua, os meses definem a época do talho da madeira utilizada para fazer cercas, barcos, pilões, gamelas, colheres de pau, carrancas e demais artefatos. Isso porque, segundo a tradição popular, nos meses que não possuem a letra “r”, isto é, de maio a agosto, as árvores ficam protegidas do apodrecimento







e do caruncho e podem, assim, ser retiradas. É também o caso da produção dos instrumentos musicais, como as violas, para a confecção das quais, além desse critério, observa-se o período das chuvas. Segundo os artesãos, é necessário evitar a colagem das peças no período chuvoso, pois a umidade do ar pode comprometer a qualidade do produto.

A vida de São Francisco, a viola do norte de Minas, a viola utilizada nas Folias tem um diferencial da viola tradicional, da viola comercial, né? A gente tem sido fiel a esses desenhos, às marchetarias, às madeiras utilizadas, à finalidade, né? Às afinações, às contagens. Elas têm algumas particularidades que eu só tenho visto aqui no norte de Minas, e mais em São Francisco.

Antônio José Raposo

(fabricante de violas, de São Francisco)

Por fim, tem-se o roncoio ou roncador, uma espécie de cuíca, feita com tronco de árvore ocado, que tem suas extremidades cobertas por couro de boi e a parte traseira aberta de forma a permitir que um dos tocadores possa manusear a corda fixada em seu interior, enquanto o outro faz as percussões na membrana de couro. O som do instrumento compõe a melodia das músicas entoadas nas manifestações culturais da região, como o Batuque e a Dança do Carneiro.

48

Deus levou ele, e deixou esse aí pra mim. Adoeceu e não aguentou mais dançar também [...] Aí falou: vou deixar procê, se ocê quiser emprestar também, pra alguém que precisar pode emprestar. Aí sempre que eu não posso ir, eu empresto. Aí eu falo: ô, gente, ocês toma cuidado, né? Só meu pai sabia fazer isso aí...”

Rosalina Ferreira Cardoso

(batuqueira, de Icarai de Minas)

PLANTAS

No norte de Minas é significativo o uso das plantas nativas para a produção de alimentos, bebidas, artesanatos e medicamentos caseiros. Os artesãos e produtores da região utilizam frutos, fibras, raízes, cascas, talos, folhas e sementes, dando a estes elementos múltiplas utilidades.

A vegetação típica do cerrado, onde estão presentes o buritizeiro, pequiizeiro e o muricizeiro, possui uma relevante importância para as populações locais, servindo como alimento e como fonte de renda. Dessas plantas utilizam-se quase todos os recursos das mais diferentes formas.

Com a fibra da bananeira são produzidos vários objetos artesanais. No município de Jaíba, por exemplo, a produção do artesanato com a palha da bananeira é feita por boa parte da população da cidade e alcança um significado econômico, cultural e social. Seus produtores partem do princípio do reaproveitamento dos resíduos da bananicultura, atividade extensa na região, contribuindo assim para a preservação do meio ambiente. De forma geral, os procedimentos técnicos básicos para produzir a palha do artesanato são o corte do caule, a lavagem, a secagem ao sol e, por fim, a extração das fibras, processo que dura aproximadamente cinco dias. A partir daí as artesãs iniciam o trabalho de trançado e cestaria.

Fica uma coisa assim... que a gente não tem vontade de... aquela vontade só de crescer, e fazer coisas mais diferente, cada dia que passa a vontade é mais de trabalhar, você tá entendendo? E gostando. Então aí... é um dinherim extra, né? Não ganha muito, porque o trabalho é muito, mas sempre você tem.

Helena Alves Silva
(artesã, de Jaíba)

Utilizado para diversas finalidades, o buritizeiro também tem suas fibras beneficiadas no artesanato. Para sua produção costuma-se utilizar, além das fibras, o chamado “olho do buriti”, que são folhas mais novas, ainda não abertas, que ficam na extremidade do caule. Existem pessoas especializadas em retirar essa parte da planta, que só pode ser removida antes da lua cheia, não podendo ser colhida durante a lua minguante. A estrutura é cortada com facão e o corte é feito com cuidado e em uma altura adequada para que o buritizeiro possa rebrotar. Essa técnica possibilita a manutenção das folhas mais velhas e do talo da folha. Tanto o “olho do buriti” quanto os talos das folhas mais velhas são guardados até que estejam secos e prontos para serem usados na produção do artesanato.

As folhas são batidas até se transformarem em fibras finas, que são usadas na tecelagem artesanal. Com as fibras do “olho” do buriti fabricam-se diversos artigos como bolsas, toalhas de mesa, tapetes, bijuterias, redes, chapéus, brinquedos, objetos ornamentais, entre outros. Com o talo, são produzidos mesas, cadeiras, sofás, balaios e cestaria. Os produtos são comercializados como forma de complementar a renda familiar e, em alguns casos, figuram como principal atividade econômica.

No norte de Minas os frutos do cerrado também são utilizados para a produção de alimentos, doces, conservas, óleos, medicamentos e licores. Na região, é habitual a fabricação de licores de pequi e murici, bebida doce, aromatizada e com

certo teor alcoólico, variável de acordo com seu processamento. A produção artesanal do licor segue uma técnica tradicional, que consiste na mistura da essência do fruto, obtida por meio de infusão, em um caldo preparado com água, açúcar e álcool etílico, que é levado ao fogo. Permanece no fogo até atingir o chamado “ponto de fio” e depois é resfriado e engarrafado.

Outra bebida produzida com o uso de plantas é a cachaça artesanal, feita a partir da utilização da cana-de-açúcar, matéria-prima da vegetação mista de cerrado e caatinga. O período de produção coincide com o tempo da seca na região, entre meados de junho a outubro. O modo de fazer cachaça artesanal tem particularidades que variam de região para região, mas o processo geralmente se resume em quatro etapas. A primeira é o corte da cana, que pode ser feito um ano após seu plantio. A colheita é feita de forma manual e, posteriormente,



é transportada em carroções¹ até o engenho. O segundo passo é a produção do fermento feito com a garapa acrescida de fubá ou milho, para acelerar a reprodução de bactérias que, em temperatura adequada, transformam o líquido doce em fermento. Posteriormente, acontece a fase de decantação, quando o caldo de cana é filtrado, para retirar as impurezas. Em seguida se junta o caldo de cana filtrado e o fermento, processo que dura em média dois dias. A destilação ou o “alambicar” e o envelhecimento são os últimos passos para a produção da cachaça, que é vendida em feiras e mercados. É importante ressaltar que nesse processo há ainda o aproveitamento do caldo da cana para fazer rapadura e do bagaço para alimentação do gado.

Do mesmo modo, a raiz da mandioca se apresenta como um dos mais tradicionais e importantes alimentos do norte de Minas. A partir dela é feita a farinha, item presente em diversos pratos da região. A colheita da mandioca demanda tempo e estação determinada. Segundo alguns produtores a semeadura da raiz deve ser feita preferencialmente em novembro, no início da estação chuvosa, interrompendo sua produção durante o “período das águas”.

A farinha depende da mandioca, que é plantada em novembro e só depois de dois anos tá boa pra colher. A terra estourada em volta da planta é sinal de que a raiz tá boa pra tirar. A gente arranca a maniva (planta) inteira e guarda um tempo coberta com folha pra não secar. Em novembro corta as torinha e planta. Isso se você quer todo ano ter a mandioca para fazer farinha.

Teodomiro Pedro da Silva

(produtor de farinha de mandioca e rapadura)

A fabricação da farinha se inicia com o processo de descascar, lavar e ralar a mandioca. Esse procedimento resulta em uma massa úmida que deve ser lavada e prensada. Depois de retirada a umidade, a massa é depositada em coxos, onde passa pela secagem, torragem e, depois, é ensacada. Tradicionalmente, a farinha é produzida nas chamadas “casas de farinha”, locais onde se faz todo o processo de transformação da raiz da mandioca em farináceo.

Outra utilização das plantas está no caráter simbólico, pois, além de serem utilizadas na produção de alimentos, bebidas e artesanato, têm seu uso associado a ritos como a benzeção, a saberes como o da parteira e dos raizeiros e a processos de cura. O conhecimento e a utilização das plantas medicamentosas se estendem por toda a área rural e urbana do Médio São Francisco. Os chás, garrafadas, xaropes, pomadas, inalações, sumos e poções feitas com as ervas medicinais são cultivados nos quintais das casas, nas hortas localizadas na ilha, na beira do rio, nas chapadas do cerrado e nos mercados onde os raizeiros indicam a receita

para cada dor ou incômodo. São também encontrados na Casa de Medicina Tradicional Xakriabá, localizada na Aldeia de Barreiro Preto, em São João das Missões (MG). O projeto tem sua origem vinculada à preocupação dos Xakriabá em recuperar e salvaguardar o conhecimento tradicional dos remédios caseiros, chamados por eles de “remédios dos antigos”.

O povo ribeirinho e sertanejo ainda encontra na utilização dessas técnicas uma forma de cuidar uns dos outros. Esse é o caso das parteiras, que auxiliam as gestantes a darem à luz por meio de orações, massagens abdominais, chás e banhos de assento. Até meados do século XIX o ofício era garantido pelas Câmaras Municipais, que inclusive incentivavam as mulheres a partejar. Contudo, ao longo dos anos, as parteiras têm perdido espaço e apoio tanto da sociedade quanto do poder público. As parteiras hoje estão inseridas em um contexto que contrapõe a cultura popular tradicional e a medicina oficial, a política e a prática cotidiana, visto que em muitos casos não podem atuar.

Eu fiz três mil e sessenta e quatro parto, só os que tá no certificado... Eu fazia parto, mas eu não fazia curso, fazia parto por meio... minha sogra era parteira, a parteira mais velha que tinha aqui, aí ela ia fazer parto e me levava pra fazer os remédio, os remédio de primeira não era igual hoje, hoje é comprimido, é soro é essas coisa, e de primeiro não era assim. Ela me levava e eu ia, aí foi indo Deus tirou ela e o primeiro menino que eu cortei o umbigo dele foi o filho meu caçula.

Luiza Rodrigues da Silva

(parteira e benzedeira, de São Francisco)

Foi pouca criança que não veio por minha mão. Preparei muita mulher para o parto e resguardo com muita oração, banho e pirão de galinha gorda para fortalecer a mãe no resguardo e soltar o leite.

Dona Dazinha

(parteira, de São Francisco)

Nota-se, portanto, que o uso das plantas é um elemento significativo no modo de vida dessas pessoas. As técnicas e os saberes são aplicados de múltiplas formas, estando presentes na maioria de suas práticas cotidianas. Percebe-se também a relação íntima com a natureza e o respeito com que os povos ribeirinhos e sertanejos retiram seus insumos, por meio do extrativismo sustentável e consciente e que não gera danos ao meio ambiente. As diversas técnicas aplicadas com as plantas revelam o quão amplo é o conhecimento empírico adquirido ao longo de gerações que fazem do seu território e de suas riquezas seu sustento.

NOTAS

1. O carroção é uma releitura do carro de boi, utilizado principalmente na zona rural.







SABERES E OFÍCIOS DAS ÁGUAS

As cidades e comunidades que margeiam o São Francisco têm o rio como principal fonte de construção de suas estruturas sociais, econômicas e culturais. O rio exerce influência física e simbólica nas práticas cotidianas de seus habitantes. Suas referências são inúmeras e complexas e podem variar entre diversas formas de expressão, ofícios, práticas cotidianas e paisagens culturais.

55

A presença do rio e de todo o seu ecossistema é de fundamental importância na relação da cidade e seus moradores: o pescador no rio, com suas canoas e redes; os peixes que são consumidos e vendidos; a memória associada às canoas e aos remeiros presentes em grande número antes da implantação da navegação a vapor; a memória dos vapores que ligavam as cidades beira-rio e que marcaram a paisagem do São Francisco. Tal cenário serve de inspiração para a confecção dos bordados Dumont, em Pirapora (MG), que retratam o rio a partir de sua arte. A iniciativa de representar o rio e suas propriedades com diferentes cores, linhas e pontos surgiu com a atividade de bordar roupas e enxovais de bebês que já era exercida pelas mulheres ribeirinhas. Atualmente, o grupo, denominado Matizes Dumont, é composto por seis artistas de uma mesma família, que conduzem seu trabalho com o acompanhamento de institutos que procuram divulgar o conhecimento da técnica e dos temas trabalhados, que têm a

peculiaridade de ser como uma tela que retrata a vida e a natureza ribeirinhas, e hoje está difundida até a terceira geração da família Dumont.

São filhas daqui de Pirapora, hoje elas estão espalhadas. Tem algumas em Brasília, tem Fortaleza, tem Tiradentes. Mas o trabalho deles, das ilustrações, o trabalho do grupo ele é feito a várias mãos. [...] De geração a geração! Hoje borda mãe, filha e neta.

Maria do Socorro
(bordadeira, de Pirapora)

Além dos bordados, outros ofícios tradicionais são praticados ao longo do São Francisco. Eles carregam em suas memórias os encontros e conflitos de diversos povos, que em variados momentos deixaram suas marcas não só na paisagem, mas uns nos outros. Entre os ofícios destaca-se a pesca artesanal, atividade empreendida desde os primórdios. Pinturas rupestres datadas entre 2.000 a 10.000 anos atrás representam os animais que faziam parte de seu cotidiano, indicando a importância da caça e da pesca para a subsistência desses povos. Antes mesmo de aventureiros e exploradores se estabelecerem às margens do Rio São Francisco, populações indígenas da tribo Cariri já habitavam a região e exerciam a atividade pesqueira de subsistência. A prática da pesca atravessou os séculos, apresentando-se como atividade primeira para as populações que viviam e vivem à margem do rio. Ainda hoje muitas famílias ribeirinhas têm a pesca como ofício e forma de subsistência.

Entre as cidades que têm o Rio São Francisco como influência, destaca-se Pirapora, que em tupi antigo significa “salto do peixe”, mais especificamente, *pira* (peixe) e *poré* (salto). A paisagem local, em que se destaca a cachoeira, é propícia para os diversos modos de realizar a pesca artesanal, entre eles a *terreina*, quando o pescador vai para o meio do rio balançando a isca e o anzol e volta para a margem depois que fiska o peixe; a *rodada*, quando se amarram anzóis iscados em litros de plástico que servem como boia; o *currico*, técnica em que o pescador arrasta uma colher na água com o barco em movimento, produzindo um reflexo que atrai os peixes; a pesca com rede; entre outras.

[...] depois deu aposentado eu continuo pescando, assim, não mais pra sobrevivência de comércio, eu pesco para o meu consumo de casa, às vezes vou, pego um peixinho pra eu comê oito dia, dez dia... aí eu fico com ele ali guardado na geladeira, como o peixinho, varia como uma carinha, né? A hora que o peixe acaba eu torno ir lá, torno dá outra pescadinha.

José de Araújo
(pescador artesanal e fabricante de rede de pesca, de Manga)







Os pescadores artesanais do São Francisco respeitam o período em que ocorre a desova dos peixes, do início de novembro ao final de fevereiro, mais conhecido como *piracema*. Nesse período os pescadores costumam se dedicar à fabricação das redes de pesca, juntamente com os outros artesãos.

Anteriormente, a produção das redes era realizada de maneira totalmente artesanal, um processo que se dividia entre produzir o fio e tecer a rede. O fio utilizado era obtido por meio da extração da fibra de plantas como a caruá e a piaçava; plantas com folhas longas e fibrosas. Com a extração das fibras, obtinham-se “fitas” que passavam por um processo de secagem e, em seguida, eram utilizadas para tecer as redes. Atualmente, os fios manipulados são de *nylon* e os artesãos escolhem o tipo e o número da linha a partir da demanda de quem encomenda. Nas redes são colocadas boias, de isopor ou plástico, encontradas em diversos tamanhos e formatos, assim como a corda e o chumbo.

Os artesãos ainda utilizam técnicas e instrumentos tradicionais como a agulha feita com madeira de aroeira ou pau-sangue, com numerações diferentes, dependendo do tamanho da rede que se pretende fazer, e a tabuleta, régua utilizada para medir o tamanho da trama.

O senhor aprendeu a tecer rede com quem? Com meu pai, eu já com idade de, eu tinha uns doze ano eu já tecia rede, só não a tarrafa, porque a tarrafa é complicada, porque a tarrafa, eu não sei se vocês entende, mas a tarrafa depende de uma malha que se chama *crescença*. A *crescença*, qual é o objetivo da *crescença*? É fazê a tarrafa abri a roda.

José de Araújo

(pescador artesanal e fabricante de rede de pesca, de Manga)

Também fabricado de maneira artesanal e nas próprias comunidades, o barco é outro marco nas técnicas produtivas e artesanais que marcam a história sanfranciscana há séculos. Em 1860, Heinrich Halfeld, engenheiro alemão que participou das expedições para averiguar as possibilidades de navegação do Rio São Francisco, destacou em detalhes os tipos e a finalidade dos meios de transporte usados naquelas águas. Entre as embarcações, já citava o uso das canoas, dos ajoujos¹ e barcas, utilizados principalmente para o transporte de pessoas e mercadorias, com remos para movimentar e/ou vara para guiar a embarcação quando necessário.

Atualmente, a produção de barcos está associada à atividade pesqueira e, em menor escala, à travessia de pessoas. Os artesãos utilizam, para a produção dos barcos, a madeira que é obtida na mata, com o auxílio de machados, facões e, mais recentemente, motosserras. Seguindo as orientações e tradições locais, os produtores de barco fazem uma seleção criteriosa da madeira, que só deve



ser cortada no quarto de lua e durante os meses que não contenham a letra “r” em seu nome, para a madeira não rachar. Durante 90 dias os artesãos realizam tarefas como serrar, laminar, aplainar, chanfrar, encaixar, colar e parafusar. A base para a construção se dá pelo “esqueleto”, iniciando-se pela proa, seguindo a armação do embaçamento, no qual as demais peças são fixadas. Concluída a montagem, aplica-se óleo lubrificante em toda a extensão interna e externa da embarcação, preenchendo-se com betume os locais com risco de infiltrações e instala-se, quando demandado, motor a diesel. Finalizado o barco, ele é conduzido até as águas do São Francisco, onde é batizado e recebe um nome que, frequentemente, faz menção às águas do Velho Chico ou a elementos das narrativas locais.

As embarcações que navegavam o São Francisco sofreram influência direta da Revolução Industrial com o surgimento do motor a vapor e das estruturas de metal. Durante o século XIX, a inovação deu lugar à entrada dos vapores nas águas do rio, possibilitando o surgimento do ofício de vaporzeiro.

A presença dos vapores e dos vaporzeiros ao longo do Rio São Francisco representou uma importante alteração no cenário econômico, social e cultural da região. Muitos desses profissionais estabeleceram estreitas relações nos diversos cais onde eram seus locais de trabalho. Várias pessoas foram atraídas para as cidades-porto para exercer a profissão de vaporzeiro e se ocupar de outras atividades que orbitavam em torno do ofício. O trânsito de pessoas e mercadorias motivou a migração de muitos marujos do vapor para a cidade, onde estabeleceram relações sociais por meio de vínculos matrimoniais, e passaram a compor o cenário social e cultural do Médio São Francisco. Atualmente, o ofício está em declínio devido à pouca utilização dos vapores na região.

A tripulação vem justamente disso. Meu pai foi vaporzeiro, essas coisa de pai para filho, eu gosto, importa para mim.

Francisco Rodrigues
(vaporzeiro, de Pirapora)

Chamava atenção pelo seguinte, primeiro porque, como a gente tinha parente que navegava, já ficava na expectativa de que aquele parente tava chegando. Os apitos dos vapores tinha diferença de um para o outro, a gente ficou conhecendo os apitos de cada um, com o som diferente, começava por aí. E depois vinha também as peraltices que a gente fazia [...] De ficar pulando de lá da parte de cima no rio e por aí.

Antônio Tadeu

(vaporzeiro, de Pirapora)

Meu pai criou nós... e eu, uma parte do tempo criei meus filhos também... e só não continuei com meus filhos porque praticamente num tinha embarcação, né? Porque senão eu tenho certeza que tava aqui também.

Carlos Henrique

(vaporzeiro, de Pirapora)

NOTAS

63

1. O ajoujo consiste na união de até três canoas interligadas por paus roliços. É mais utilizada para passar pelas corredeiras dos rios.





OS SABORES DO SERTÃO MINEIRO

*Eu aprendi cozinhar assim, as coisa que eu sei fazer é tudo
de cabeça, eu aprendi também com minha madrinha.
Aí graças a Deus eu sei cozinhar e todo mundo
gosta da minha comida.*

Dona Neide
cozinheira, de São Francisco

65

O encontro étnico e cultural do povo brasileiro contribuiu para o surgimento de diversas expressões culturais, refletidas também em uma cultura alimentícia singular, que mesclou elementos da culinária europeia, africana e indígena. No norte de Minas Gerais, a incorporação de produtos, sabores e cores, nativos e provenientes de outras regiões, propiciou a criação de pratos que revelam traços históricos e culturais dos povos que, ao longo dos anos, ocuparam a região. Para além dos sabores, a culinária norte-mineira é caracterizada por sua função social, que gera renda, agrega famílias, preserva saberes, agrada aos santos e alimenta o corpo e a alma de sua gente.

Os pratos e técnicas que dão origem a essa rica culinária fazem parte dos processos de adaptação do homem ao espaço. Diversos alimentos que são hoje consumidos como iguarias surgiram da necessidade primeira da sobrevivência e foram paulatinamente

transformados em símbolos. A doçaria com as frutas, a salga de carnes e peixes, os derivados do leite, da mandioca e da cana de açúcar relevam elaborado domínio de técnicas tornado possível pela confluência de saberes multiculturais. Os hábitos alimentares e os modos de fazer doces, paçocas, comidas e quitandas alcançaram dimensões simbólicas e imaginárias. Os sabores, aromas, texturas, o ato de preparar e saborear os peixes, os doces, a carne de sol e a manteiga de garrafa ressignificam identidades, sentimentos e mantêm vivas tradições culturais construídas e reinventadas ao longo do tempo.

Um dos produtos mais tradicionais da região é a manteiga de garrafa, que é utilizada em vários pratos. Sua produção é contínua na zona urbana e em maior quantidade na zona rural, sendo produzida tanto para o consumo próprio quanto para a comercialização em feiras e mercados.

Para a feitura da manteiga, é necessário recolher uma boa quantidade de nata, obtida após a fervura do leite de vaca. Feito isso, dá-se início ao processo de cozimento da nata feita em fogões a lenha ou a gás. Após o cozimento, a nata passa por um processo de fritura, ocasião em que sua coloração se altera, tornando-se uma pasta marrom-clara. A massa é peneirada para separar a manteiga líquida da parte sólida, chamada de borra, o líquido é engarrafado e está pronto para uso. Nesse processo nada se perde, a borra é reaproveitada para fazer uma farofa, acrescida de farinha de mandioca e açúcar.

Outro alimento consumido e preparado amplamente na região é a carne de sol. Conhecida em outros lugares como carne seca, charque ou carne serenada, sua produção remonta ao período em que era preciso conservar a carne por meio da salga e da secagem no sol. Seu uso atravessou os séculos e hoje é um item tradicional da culinária regional. A técnica de preparo é relativamente simples. Para produzir a iguaria é preciso abrir a carne, mas não totalmente, mantendo-a unida formando uma espécie de manta. Depois de limpa e salgada, a carne é pendurada para que o sal derreta e o sabor se torne mais intenso. Em seguida, é deixada em uma gaiola sob o sol durante um dia ou mais para secar e eliminar a umidade.

Atualmente, mesmo não havendo a necessidade de utilizar a técnica para a conservação, os moradores da região preservam seu modo de fazer, e consomem a carne de sol servindo-a de forma isolada ou em pratos típicos como a paçoca. Na preparação da paçoca, a carne é cortada em pequenos pedaços e lavada pelo menos por três vezes para retirar o excesso de sal. Posteriormente, os pedaços são fritos e colocados em um pilão juntamente com a farinha de mandioca. Os ingredientes são pilados até que farinha e a carne

estejam uniformes. Depois se refoga a mistura, acrescentando temperos e condimentos.

Uai, essas paçoca a gente aprende é com a mãe da gente, né? Na roça lá [...] Lá fazia paçoca de carne de sol, paçoca de amendoim, paçoca de gergelim.

Maria Arlinda Antunes
(cozinheira, de Ubaí)

A carne de sol também está presente em um dos pratos mais recorrentes na região, o arroz com pequi. Nessa receita, o fruto do cerrado é um dos ingredientes mais marcantes, devido a seu sabor acentuado e elevado valor nutricional.

[...] Quando eu me conheci já por gente, já fazia esse arroz com pequi que minha mãe mesmo fazia muito pra gente lá.

Maria José Ramos da Cruz
(cozinheira, de Ubaí)

No que se refere aos frutos do cerrado, pode-se dizer que eles estão presentes na vida dos norte-mineiros com variadas formas e muitos sabores. Abundantes na região e muito versáteis, esses ingredientes podem ser utilizados na feitura de pratos salgados e doces, inclusive para alimentação animal. O baruzeiro, por exemplo, produz uma castanha com utilidades variadas, podendo ser ingerida crua, cozida ou torrada. O fruto tem uma polpa que fica em volta da castanha e que é utilizada fresca para alimentação de animais ou para fazer farinha. Com a castanha, os moradores da região preparam a apreciada paçoca de Baru. No município de Ibiaí (MG), por exemplo, a paçoca é feita com as castanhas cruas ou torradas, rapadura ou açúcar e farinha de mandioca que são levados ao pilão e misturados.

Outra espécie multifuncional é o buritizeiro, que, além de oferecer recursos para produção do artesanato, produz um fruto rico em vitaminas e com sabor agradável. Em toda a região do São Francisco e principalmente no município de Buritizeiro, o fruto é utilizado na produção do doce de buriti e também de bombons. O doce é feito tanto para consumo familiar quanto para comércio. Os saberes relacionados com o preparo são derivados da mistura entre a culinária portuguesa e a prática indígena do consumo dos frutos do cerrado. Seu modo de fazer consiste na retirada da polpa que, posteriormente, é passada em uma peneira e levada ao fogo junto com açúcar. O ponto certo do doce é quando o fundo da panela começa a “chiar”, ou seja, quando começa a descolar do fundo, emitindo certo ruído. A massa, então, é batida e enformada, e o doce fica pronto para o consumo.

Eu acho que é por causa disso que o povo do mato é forte, né? Seja do cerrado, seja da Amazônia, seja de qualquer área do campo, o povo fica forte, né? E vai resistindo que nem as marcas, né? Tem que resistir. Eu nasci, eu não lembro de mim sem fazer doce de buriti.

Arlete de Almeida Silva

(doceira, de Buritizeiro)

Outro sabor doce encontrado na região é a rapadura, que tem seu processo de produção relacionado com o cultivo da cana-de-açúcar. Quase sempre feita em conjunto com a cachaça, no período da seca, nos meses de junho e julho, a rapadura é produzida em engenhos de cana, presentes em vários lugares do norte de Minas, sobretudo nas comunidades rurais que a fabricam para comercialização e consumo próprio. Cortar a cana e extrair seu caldo são os procedimentos básicos para a feitura do alimento. Após extração do caldo, que também é chamado de garapa, se leva ao fogo em grandes tachos de cobre para que ganhe consistência pastosa. Feito isso, a pasta é colocada em formas quadriculadas até esfriar, quando já está pronta para consumo.

Assim como os doces, faz parte dos sabores do sertão uma série de quitandas, tais como os biscoitos de Peta e Ginete. As receitas são bastante conhecidas na região e sua produção é comum durante todo o ano, principalmente nos períodos festivos. O biscoito de Peta é uma receita tradicional e muito simples que leva polvilho, água e óleo. A produção é praticamente diária, e está presente na maioria dos cafés da manhã e lanches das famílias locais. As quitandas também são consumidas nas celebrações das comunidades, principalmente nas Festas Juninas e na Festa de Nossa Senhora da Abadia. Já o Ginete é considerado pelos moradores como um biscoito fino, pois é feito com polvilho doce, fermento em pó, ovos, queijo, coco ralado, manteiga de garrafa, sal, açúcar e erva-doce. Ambos são encontrados em feiras e mercados locais e estão presentes na mesa dos norte-mineiros, que preservam esse saber culinário transmitido de geração em geração.

[...] muita gente de fora não conhece, ele [peta] é um biscoito tradicional que vem lá desde a minha avó, né? Passou por minha mãe, e hoje muitas pessoas que fazem biscoito há menos tempo, muita gente não faz e nem conhece, né? Mas é o biscoito daqui da região, ele é tradicional.

Cândida Rodrigues

(quitandeira, de Pintópolis)

O beiju também é uma das iguarias mais tradicionais de todo o São Francisco. As referências ao beiju no Brasil são antigas e já aparecem em 1728, no primeiro dicionário de português, intitulado *Vocabulario Portuguez & Latino*,





organizado por Raphael Bluteau. Nessa obra, os beijus são definidos como “uns pequenos bolos alvíssimos, e delicadíssimos, que é o comer mais mimoso, ou quando moles, e frescos, ou depois de duros, e torrados. Estes se guardam por muito tempo, e chamam-lhe os índios, Miapiatâ, que são o mesmo, que biscoito”¹. O prato, que em outras regiões recebe o nome de tapioca, é muito consumido e comercializado em feiras regionais e festas locais. Para a produção do beiju, é preciso molhar a goma de mandioca na água, depois peneirar sobre a chapa ou frigideira quente. Em seguida, acrescentar o recheio, que pode ser doce ou salgado.

Minha profissão na verdade, eu trabalho com meu marido que ele é pescador, né? Então eu faço arete, né? Eu tenho a carteira de pescadora. O beiju é porque no sábado não tô mexendo com peixe, com pescaria então eu venho pra feira. E o beiju nós começamos porque a gente tinha uma associação de artesanato, aí nos começamos a fazer, né? Nas feiras, aí acabou com as feiras eu continuei aqui na feira, que fundou a feira já tem uns sete anos que eu estou aqui na feira, aí eu comecei e continuo fazendo meus beiju aqui. Faço beiju de pizza, de queijo, com leite condensado, mas o mais procurado na verdade é o de queijo e manteiga.

Tereza Rodrigues do Nascimento

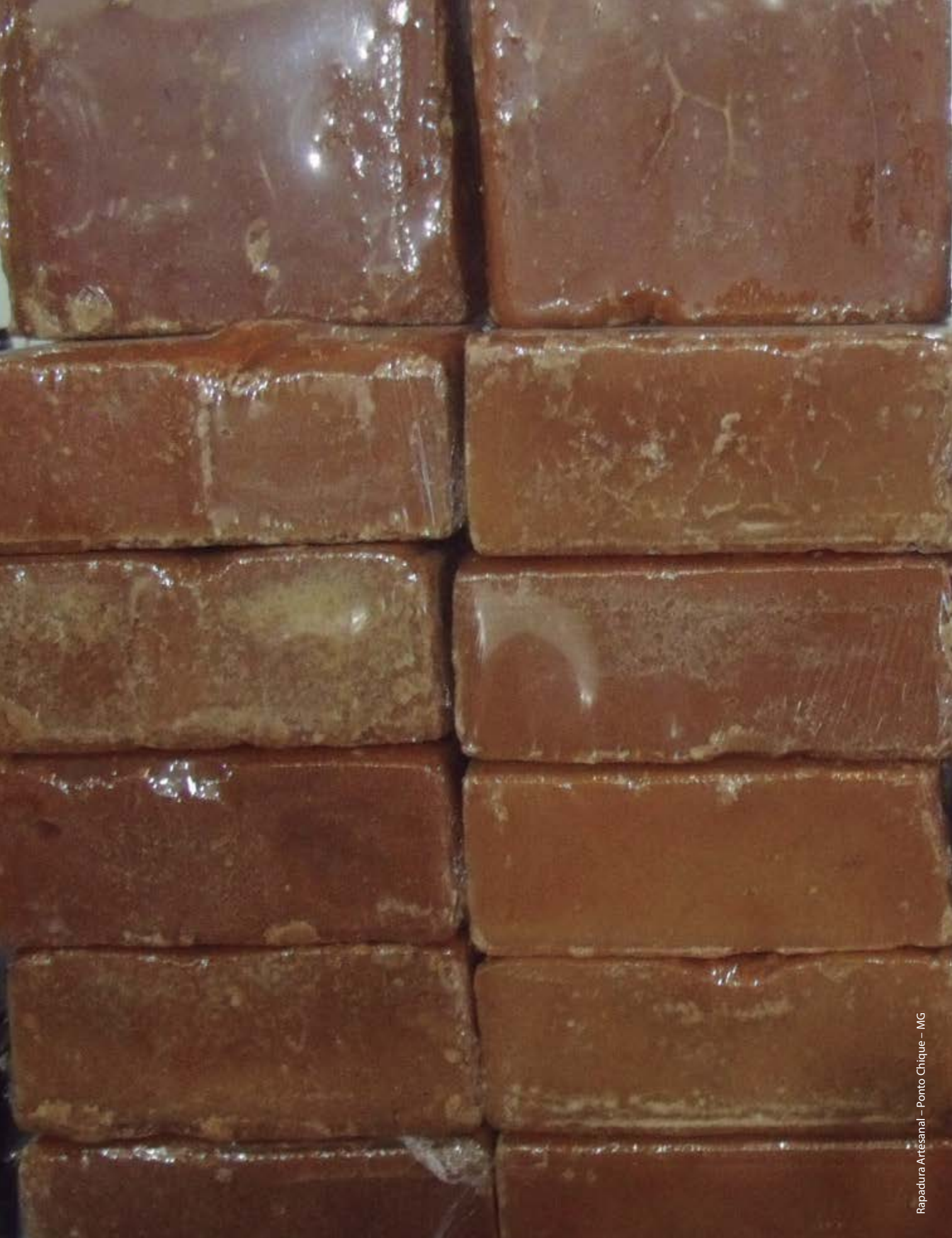
(pescadora, feirante e cozinheira, de São Francisco)

Por fim, como bens culturais ligados à cozinha norte-mineira destaca-se o modo de fazer de dois pratos principais: a moqueca de surubim e o feijão tropeiro. A moqueca de surubim é um cozido feito com o peixe, especiarias e condimentos que podem variar de receita entre as localidades. Muito apreciado pelos habitantes e pelas pessoas que visitam a região, a moqueca de surubim possui um alto consumo, tanto nas residências como nos restaurantes. Isso se deve principalmente à ligação das populações ribeirinhas com o rio, suas dádivas e os ofícios relacionados, tal como a pesca artesanal. Apesar da escassez recente, os peixes sempre foram muito abundantes no Rio São Francisco e nas lagoas em seu entorno. Tal abundância supria as necessidades dos habitantes e deu origem a diversas receitas. Além do sabor, a proximidade com o rio contribui para que os pescados sejam considerados itens essenciais na culinária do norte de Minas.

O feijão tropeiro também é outro prato típico da região. Conhecido como feijão sacudido, é consumido nas casas, nas feiras, nos mercados e em algumas festas da região. Seu modo de fazer remonta a técnicas de preparo ainda do período colonial, quando os tropeiros e viajantes adentravam o território brasileiro e precisavam de um alimento forte e de fácil preparo. Em Januária (MG) é consumido tradicionalmente durante a Festa de Nossa Senhora do Rosário de Brejo do Amparo, que acontece no mês de outubro.

NOTAS

1. BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario Portuguez & Latino**: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v.





RITOS E FESTEJOS NORTE-MINEIROS

As celebrações ribeirinhas são permeadas por uma atmosfera de fé, e o tempo de rezar é sagrado. No sertão, o Divino Espírito Santo e demais padroeiros de devoção, para permanecerem nos merecidos e celestiais tronos, aos quais têm direito, frequentam as humildes casas onde estão representados em estampas, imagens, pequenos altares e oratórios.

75

Os padroeiros, em retribuição a tanto louvor, trazem chuva, cura, trabalho, alimento e sustento para corpo e alma. No sertão há também missas e procissões com levantamento de mastro, queima de fogos, leilões e barraquinhas. Nesse momento não falta biscoito de peta, ginete, beiju, paçoca de carne de sol, arroz de carreteiro e feijão sacudido. Celebrar a vida cotidiana e os santos de devoção é, pois, o motivo maior dos festejos religiosos. O ato de ir à igreja, decorar as barraquinhas, preparar os andores, confeccionar as roupas dos cortejos, preparar os pratos, muitas vezes como prática devocional, favorece a perpetuação dos ritos passados de geração para geração.

Considerando esses elementos, compreende-se que o campo da religiosidade é amplo, plural e sincrético. Nesse universo, múltiplas identidades, culturas, etnias e territórios se fundem, propiciando o surgimento de diferentes crenças, ritos e práticas religiosas. Por se tratar de uma região fronteira e à margem dos centros de poder, o norte de Minas apresenta uma religiosidade com características regionais. A cultura ribeirinha e sertaneja, por

vezes mestiça, possui elementos que envolvem o real e o sobrenatural, que interagem com o meio ambiente e seu modo de vida e que integram elementos de outras regiões.

CELEBRAÇÕES RELIGIOSAS

O encontro das diferentes maneiras de entender e praticar o sagrado, e também o profano, é realizado nas celebrações religiosas dedicadas aos santos de devoção. Nos municípios inventariados foram identificadas inúmeras festas religiosas. Entre elas está a Festa de Nossa Senhora da Conceição, que acontece em várias cidades da região, como em Matias Cardoso (MG) e Icaraí de Minas (MG). A celebração costuma se iniciar com uma novena no dia 30 de novembro e se encerrar no dia 8 de dezembro, data em que se festeja Nossa Senhora da Imaculada Conceição. A festa é organizada pelo pároco e pelos fiéis e ocorre nas áreas internas e externas da igreja. Dentro são realizadas as missas, as rezas e os terços e, fora, as procissões, apresentações musicais e barraquinhas com comidas típicas.

76

Em Jaíba (MG), assim como em muitos outros municípios, ocorre a Festa de Nossa Senhora da Glória, comemorada em 15 de agosto, dia dedicado à santa, ou no final de semana mais próximo. Nesse município, a celebração começou a ser praticada em 1976, quando se construiu a primeira paróquia da cidade, erguida em homenagem a Nossa Senhora da Glória. Geralmente, os preparativos para a festa se iniciam ainda no ano anterior, com o sorteio dos casais que serão os festeiros do ano seguinte. A festividade ocupa o largo da igreja, onde são montadas tendas com estandartes e imagens devocionais e barracas para vendas de comidas típicas e distribuição da farofa de carne de sol. Durante a festa há também a tradicional Cavalgada, desfile de carros representativos das passagens bíblicas, levantamento de mastro e o Batuque, feito por um grupo local denominado Melhor Idade. Os moradores e visitantes da cidade participam ativamente de todos os momentos da celebração.

Há ainda a Festa de Santa Rita de Cássia, que acontece no mês de maio e tem duração de dez dias. Em Ubaí (MG), onde a Santa é a padroeira, o festejo é organizado por boa parte da comunidade, que, diferentemente de outras regiões, não nomeia festeiros ou noiteiros, dando a todos a responsabilidade de cuidar e realizar a festa. Durante a celebração ocorrem várias manifestações culturais que contemplam as particularidades sertanejas, como a presença de carros de boi, vaqueiros e cavaleiros.

Em primeiro lugar é que o interior dessas manifestações sinaliza a profundidade da espiritualidade do povo. E, ao mesmo tempo, sinaliza



com muita força a coragem das pessoas e também é o sinal da sua luta. Porque eles têm uma história, eles têm uma origem. É uma raiz... Então eles se apegam a essas manifestações, como quê, no sentido de não perder esta raiz, de não perder esta origem. [...] eles se manifestam também para poder se alegrar e para compartilhar com os outros dessa mesma alegria, e para perpetuar na sua história e na história dos que virão essa mesma cultura. Perpetuar essa tradição.

Frei Domingos Bento

(pároco de Ubaí)

78

A Festa de Nossa Senhora da Abadia realiza-se no mês de maio, período reservado para a devoção à santa e para o cumprimento de promessas pelas graças recebidas. A celebração possui influência portuguesa e no norte de Minas encontrou aspectos da religiosidade do povo sertanejo. Em Pintópolis (MG), por exemplo, cidade da qual Nossa Senhora da Abadia é padroeira, a população, de modo geral, se mobiliza em torno das festividades. Na localidade a festa se inicia às cinco horas da manhã com a Alvorada Festiva, momento em que os fiéis saem às ruas acompanhados da fanfarra de São Romão e fazendo a queima de fogos. Às sete horas acontece o café comunitário e às quatro da tarde a festividade é retomada com uma carreata com a imagem da santa. Por volta das dezenove horas é celebrada a Santa Missa e, logo em seguida, é realizado o Levantamento de Mastro. Os outros dias se seguem com a realização de missas, rezas, levantamento de mastros e barraquinhas com comidas típicas. Na Festa também há a apresentação da Dança de São Gonçalo e, no último dia, logo após a missa, acontece o leilão para arrecadar recursos para a festa do próximo ano. A celebração é um marco na formação da identidade cultural do município, atraindo fiéis de toda a área rural, além de ex-moradores, que aproveitam a ocasião para visitar os parentes.

A Festa de Nossa Senhora do Rosário também compõe as festividades religiosas que ocorrem no norte de Minas. Em Januária (MG), um dos municípios em que a festa acontece, a comunidade local costuma fazer uma novena em devoção à santa, percorrendo a casa dos devotos em datas específicas no mês de outubro. A festa é a culminância da novena, sendo organizada pela comunidade junto à Igreja Católica. Durante a celebração ocorre a Ladainha em Latim, o Levantamento do Mastro, a Missa e a Coroação de Nossa Senhora, além de expressões culturais locais como a Dança de São Gonçalo, a Cavalhada, o Terço dos Homens e o Terno dos Temerosos. As apresentações são feitas na área externa da Igreja do Rosário, tombada pelo IEPHA-MG, misturando-se com o cenário composto pelas frondosas mangueiras e pelas barracas que distribuem a comida gratuitamente aos grupos participantes. O cardápio varia entre o feijão tropeiro ou feijão sacudido e o arroz de carreteiro.

A Festa do Divino Espírito Santo realiza-se em toda a região do São Francisco. De origem portuguesa, ela acontece, usualmente, cinquenta dias depois da Páscoa. Em Matias Cardoso (MG), porém, a festa acontece no mês de setembro e dura dez dias. Conta com a participação da comunidade local e de visitantes das fazendas e cidades vizinhas que aproveitam o momento para assistir aos *shows* musicais, degustar as comidas típicas das barraquinhas que acontecem durante a noite e se banhar no Rio São Francisco, pela manhã. Na localidade se mantém a prática de eleger um Imperador, normalmente o padre ou o prefeito da cidade, e um Mordomo de Bandeira, que geralmente é um fiel. Os devotos percorrem um trajeto que liga a casa do Mordomo à do Imperador coroado no ano, depois seguem até as igrejas de Nossa Senhora da Conceição e de São Francisco, onde a festa termina.

A família, neste caso minha família, é toda católica, né? Só eu que não. Fica todo mundo muito envolvido. Emocionado e muito envaidecido pelo pai ter sido sorteado para ser o Imperador do Divino Espírito Santo. É uma festa de muita honra para as famílias. A família se sente honrada e todo mundo envolve.

Ana Inês Gomes Lopes
(moradora de Matias Cardoso)

Por fim, tem-se a Folia de Reis, celebração de influência ibérica que foi trans-migrada para a colônia portuguesa em meados do século XVI e introduzida no Brasil principalmente pelos jesuítas¹. Inicialmente foi utilizada como meio de catequizar os indígenas e africanos por meio das danças e dos cantos que anunciavam a procura dos Reis Magos pelo Menino Jesus. Ao longo dos anos, com diferentes denominações e maneiras de se manifestar, as folias se difundiram por várias partes do território brasileiro, constituindo-se como importante referência da cultura nacional.

Aqui ela [a folia] vai para janeiro, já tem pelo menos três santos que ela homenageia: Santos Reis, São Sebastião, e mais pra frente tem São José e até o final do ano Bom Jesus da Lapa, que tá chegando aí. Muito homenageado. Se você tiver a oportunidade de circular por São Francisco agora no início de agosto, você vai ver umas oito ou dez folias que vão circular. Então, são diversos santos durante todo o ano. E o que motiva a saída da folia, o que faz a folia sair do lugar, se mover, é uma promessa. Geralmente é uma promessa. Alguém faz uma promessa pra alguns santos. Agradecendo ou pedindo alguma coisa, e, a partir daí, a pessoa vai escolher um terno de folia que agrada, que acha que fica bacana, que acha que vai cumprir a promessa e convidando esse terno, ele pega o compromisso de cumprir a promessa





daquela pessoa. Às vezes a pessoa nem está presente, às vezes ela já até morreu. Tem esse negócio ainda. Tem todo um... E há uma seriedade tão grande nessa questão da promessa, que, quanto mais eu passo a saber disso, mais tenho algumas coisas pra aprender. E alguns detalhes das promessas são vividos, não são nem falados. Não sabem nem falar. Compromisso bem sério!

Antônio José Raposo

(folião e fabricante de violas, de São Francisco)

No norte de Minas, além dos aspectos tradicionais, as folias carregam elementos da cultura sertaneja e ribeirinha. É comum encontrar nas várias comunidades que margeiam o Rio São Francisco a batida das caixas de folia, o som da viola caipira e as cantigas cantadas em coro, fazendo reverência ao Menino Jesus. Na região existem dezenas de ternos de foliões que saem em visita de casa em casa, todos os anos. Na cidade de São Francisco (MG), por exemplo, a celebração se inicia no dia primeiro de janeiro, dia de Nossa Senhora, e se encerra no dia seis do mesmo mês, dedicado aos Santos Reis. O giro também acontece em outras épocas do ano, quando cumprem as promessas a que são chamados, sendo mais requisitados entre os meses de janeiro, março, junho, agosto e dezembro, na noite do dia vinte e quatro. Ao final, os foliões e visitantes têm o hábito de confraternizar com bastante comida e bebida.

82

O Congado também é uma das celebrações que ocorrem no norte de Minas. Sua prática está ligada à crença em Nossa Senhora do Rosário e à história de sua busca nas águas feita pelos negros moçambiqueiros que dançaram e entoaram cantos em louvor à imagem. Na cidade de São Romão (MG) a guarda de Congado é formada por homens que se dispõem em duas fileiras, vestindo calça e blusa branca, capas azuis e amarelas e, nas cabeças, usam um acessório com fitas coloridas e espelhos. O grupo participa das festas de Nossa Senhora do Rosário, do Divino Espírito Santo e de Nossa Senhora da Abadia, atuando de maneira diferente em cada uma delas, ora buscando o rei, ora a rainha. Percorrem as ruas com passos lentos, rezando, cantando e tocando pandeiros, caixas e tambores.

O Caboclo ou Caboclinho é expressão cultural que também compõe as festas em devoção a Nossa Senhora do Rosário, Divino Espírito Santo e Nossa Senhora da Abadia. No norte de Minas, a presença dos Caboclos nos cultos católicos remete à assimilação e à resistência apresentadas pelas múltiplas etnias indígenas e africanas em relação ao processo de dominação e colonização na região. Na cidade de São Romão (MG), por exemplo, existe um grupo de Caboclos que participa da corte de Reis e Rainhas do Congado juntamente com outras guardas e outros ternos e são os responsáveis por garantir a ida segura do Rei até a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e seu retorno ao lar. Geralmente estão vestidos com camisas e bermudas vermelhas, saiotas de palha de buriti e cocares

feitos de papelão enfeitado por fitas coloridas e penas. À frente do grupo vai o capitão portando uma lança, enquanto os outros carregam arcos e flechas.

RITOS RELIGIOSOS

Na região do São Francisco há também um conjunto de ritos estabelecidos a partir de um sincretismo religioso que incorporou aspectos da cultura indígena, africana e europeia, e que, combinado aos modos de vida sertanejos e ribeirinhos, alcançou particularidades regionais.

Entre os ritos locais, situa-se a Reza da Chuva, também denominada de “penitência para chover”. A reza acontece nos tempos de seca, que se inicia em outubro e se estende até o final de novembro. Exemplo disso acontece em Matias Cardoso (MG), onde a reza é realizada todo ano seguindo uma ritualística. Os penitentes, antes de começar a rezar, separam os ramos de laranjeira e alecrim e as garrafas plásticas com água para enfeitar e lavar os cruzeiros da cidade. Os participantes se dirigem em procissão aos locais sagrados, com cantorias que remetem aos cânticos gregorianos trazidos ao sertão pelos padres jesuítas. Encerram a penitência na Igreja de Nossa Senhora da Conceição, evocando santos e entoando cânticos.

Segundo a crença local, a água em contato com o cruzeiro, o cemitério e a igreja oferece um meio muito eficaz para “chamar chuva”, reafirmar a condição humana e o valor da tradição. A permissão da igreja para que os penitentes continuem a realizar a reza reforça a fé dos que acreditam na força do ritual e fortalece a identidade de seus participantes. A Reza da Chuva, juntamente com toda a sua ritualística, insere-se na vida do sertanejo, principalmente dos que creem no rito como uma forma de controlar a natureza por meio da fé.

Aqui nós pega o litro e os ramos de folha... e nós vamos rezando... Onde é que nós reza? Lá naquela torre, lá onde tá o cruzeiro... Nós comecemos rezando de outubro pra novembro. Aí nós rezemo [...] a São Sebastião, São José, São Francisco, Nossa Senhora Aparecida, Jesus, Maria, menos Santa Bárbara para a chuva não chegar muito forte.

Simiana

(praticante da Reza da Chuva em Matias Cardoso)

Na região também é tradicional o ritual de Encomendação das Almas, procissão que tradicionalmente se inicia na sexta-feira que antecede a Semana Santa e se encerra na Sexta-feira da Paixão. No município de Manga (MG) a Encomendação é praticada pelos penitentes das Comunidades Quilombolas Justa II e São Caetano Japoré. Os praticantes do ritual, vestidos com lençóis brancos, saem



em procissão durante a noite evocando as almas e pedindo aos santos que as livrem do purgatório. O trajeto percorrido é feito em uma estrada deserta e escura que liga uma comunidade a outra. São guiados somente por uma cruz, pelo som de uma matraca e pela luz da lua cheia. O grupo segue fazendo orações em voz baixa, cumprindo o mesmo ritual todos os dias. Segundo a crença, as almas também participam da procissão, e, como ninguém pode vê-las, é proibido a quem não participa olhar para a procissão. Os encomendadores também não podem olhar para trás para não afastar as almas. Imbuídos de um sentimento penitencial e solidário, os encomendadores criam uma identidade lúgubre e lamentosa durante o ritual. O temor, o respeito e a observância são aspectos característicos daqueles que praticam o rito.

Durante o ritual quaresmal de Encomendação das Almas os penitentes também sussurram Incelenças, espécie de reza cantada. Além de súplica, a Incelença figura como um rito fúnebre, que acontece quando alguém está doente em fase terminal ou quando há o falecimento. O rito é praticado em sua maioria por mulheres, conhecidas como “incelenceiras”, que cantam nos velórios de pessoas da comunidade em que vivem ou em ocasiões em que há solicitação ou convite da família do morto. As rezas são cantadas em coro, durante a noite e a madrugada, com a presença do corpo moribundo ou falecido. Além da cantoria, os praticantes do rito acompanham a passagem entre a vida e a morte com velas e com as cabeças cobertas por lenços brancos. Os cantos fúnebres possuem uma entonação e um conteúdo sofrido, temeroso e triste, buscando consolação do sofrimento por meio da invocação às divindades. A voz feminina e chorosa parece dar um tom mais melancólico e lamentoso ao momento. As Incelenças cantadas nos velórios de crianças recém-nascidas – chamadas de “anjinhos” – não seguem o mesmo tom de lamento. Nesses casos os cantos rezados são conduzidos de forma mais alegre. Os cantos invocam ainda o perdão, a proteção na hora da passagem e a companhia do anjo da guarda.

Além desses ritos, o povo ribeirinho e sertanejo encontra nas benzeções uma forma de cuidar uns dos outros. De tal modo, passar os ramos nas crianças quebrantadas; cortar cobreiros, com pequenos canudos de mamona; tirar a dor de cabeça, projetando-a em uma garrafa d’água sobre a cabeça do solicitante; arrancar a erisipela das entranhas do tutano, nervos e pele; costurar carne quebrada, osso rendido e nervo distendido com agulha em pano branco são alguns dos processos de cura. Esse cuidado e o oferecimento de préstimos aos que sofrem são práticas identificadas em todo o curso do São Francisco, mais intensamente na zona rural, como no município de São Francisco (MG) e em Brejo São Caetano do Japoré e Justa II, em Manga (MG).

Os benzedores e benzedadeiras da região também são hábeis na manipulação das ervas medicinais, como Dona Dazinha, benzedeira e moradora do município de Manga (MG), que relatou sobre seu pequeno laboratório de “gotas mágicas que todos conhecem e sabem o endereço”.

Além da utilização de objetos e plantas, a benção, por se tratar de um rito religioso, se vale de rezas e divindades como São Miguel Arcanjo, Nossa Senhora, Padre Cícero, entre outros. No ritual são observadas as fases do dia, pois algumas orações e práticas de cura só podem ser feitas até o pôr do sol, e outras, depois que ele se põe. Geralmente o rito é realizado em local aberto e arejado, como os quintais das casas, para que a energia das pessoas não fique dentro do domicílio.

- 86 Atualmente, mesmo com o desenvolvimento da medicina, os benzedores e benzedadeiras da região são constantemente procurados. Encontrar referência de benzedores nas localidades não é tarefa difícil, pois, além de estarem disponíveis, são conhecidos e reconhecidos pela população. E, embora possuam diferenças no modo de se vestir, nos instrumentos, nas rezas ou no modo de desenvolver o ritual, a essência da benção é sempre a mesma: curar sem receber algo em troca.

NOTAS

1. CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. 6.ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.









DANÇAR E EXPRESSAR ALEGRIA

O canto e a dança no Brasil são águas desses três estuários. Indicam rapidamente as possíveis constantes da influência indígena, portuguesa e africana. O indígena doou o maracá, o refrão curto, o anasalado do canto, as palavras repetidas no fim e cada verso. Os portugueses, de influência mais vasta, fixaram o tonalismo harmônico, a quadratura estrófica, os instrumentos violão, cavaquinho, viola e flauta. Cantigas queixosas, raramente sensuais. O africano, também tomou parte vasta na formação do canto popular brasileiro. Foi certamente ao contato dele que nossa rítmica alcançou a variedade que tem, uma das nossas riquezas musicais.

89

Mário de Andrade

No território sanfranciscano os momentos de dançar e expressar alegria são animados, coloridos e contagiantes. São também complexos, pois são marcados pela união das culturas ameríndia, afro-brasileira e europeia. A essa mistura acrescentam-se ainda os aspectos sertanejos, ribeirinhos e fronteiriços, característicos na maioria de suas práticas. Com isso, de tempos em tempos o sertão norte-mineiro e Rio São Francisco são saudados pelo ruído das caixas e dos tambores dos seus habitantes, pela dança do Cacete coreografada pelos marinheiros de água doce, pelas fitas

multicoloridas, pelos aljofres e espelhos dos congadeiros devotos da Senhora do Rosário, pelos batuques, danças, folguedos, pelas cantigas de roda e tantas outras expressões culturais.

BATUQUES

*Chega as cadêra pra cá, minha nêga
Que samba não mata ninguém
Se samba matasse, minina
Eu tinha morrido também.*

Batuque da Dona Maria
(São Romão - MG)

90

Uma das formas de expressão existentes no norte de Minas é o Batuque, dança que tem suas raízes na cultura africana. A dança está presente em diversos municípios da região, tais como São Romão, Jaíba, Ponto Chique e na Comunidade Quilombola de Palmeirinha, localizada em Pedras de Maria da Cruz. O Batuque possui um padrão rítmico sincopado e uma disposição espacial dos componentes que é semelhante em quase todos os lugares. Geralmente as pessoas dançam em círculo e com uma coreografia central. O compasso é binário e o ritmo é marcado pelas palmas e pelos instrumentos de percussão. O canto, com versos fixos ou improvisados, é feito por um solista, acompanhado pela resposta dos participantes em coro.

Na cidade de São Romão a referência do Batuque é Dona Maria da Conceição Gomes de Moura, que preserva e pratica a tradição na cidade há mais de 70 anos. Dona Maria é filha de Dona Ernestina, batuqueira citada no poema *Magma*, de Guimarães Rosa, com um verso que fala sobre a saga da perseguição do Alferes Felipe Rodrigues da Silva, vulgo Felão, a Antônio Dó, conhecido cangaço do norte de Minas:

*Felão veio?
Num vei não.
Por que que num vei?
Eu num sei não.*

Dona Maria é reconhecida como Mestre do Batuque pelos batuqueiros e demais moradores da região. Ela, depois de avisar que o Batuque irá começar, conduz a festa juntamente com os dançarinos, tocadores e expectadores, que





dançam ao som do roncoio, da caixa e das palmas, no quintal de sua casa ou em lugares nos quais o grupo é convidado a estar.

Em Jaíba, os versos do Batuque retratam situações cotidianas da localidade e de seus habitantes. As canções curtas e com letras simples são embaladas por instrumentos como a viola, o pandeiro, a caixa e a rabeca que conduzem os movimentos dos dançarinos. O grupo é formado por pessoas mais velhas. Aos homens ficam destinados os instrumentos; às mulheres, o canto; e a ambos, a dança. O grupo costuma fazer apresentações nas festas tradicionais da cidade, como na Festa da Folia de Reis e na de Nossa Senhora da Glória.

Surgiu assim numa Folia de Reis, que quando termina a Folia de Reis, aquela... os reiseiros, eles costuma batucar, fazer o batuque, então através desse batuque nós entramos aqui no Grupo da Melhor Idade, aí eles pediram pra gente continuar com esse batuque.

Maria Rosa Madureira
(foliã, de Jaíba)

[...] e meu tio tava muito doente, no dia que ele achou que ia morrer, ele entregou a viola e falou: 'cê num pára não', e eu fui continuando até hoje.

Samuel Gonçalves de Souza
(folião, de Jaíba)

93

Diferentemente dos demais batuques, na Comunidade Quilombola de Palmeirinha a maioria dos participantes da dança é de mulheres. Na Comunidade, o Batuque é entendido como uma brincadeira, constituindo-se em um momento em que os moradores se divertem ao som da caixa e das músicas com letras motivadas pela vivência cotidiana. E quando algum presente não participa da roda, os batuqueiros chamam a sua atenção. Entende-se que a ligação com a ancestralidade faz com que os moradores da comunidade reconheçam o Batuque como uma importante manifestação tradicional que deve ser preservada.

O Batuque de Ponto Chique também é composto em sua maioria pelo gênero feminino. As batuqueiras se apresentam em duas filas e, após o toque das caixas, andam e pulam em círculo, batendo palmas e sapateando. Quando um homem entra na roda, as mulheres fazem o movimento da umbigada e dançam com eles. Os que não estão dançando tocam os tambores e iniciam as canções a que as mulheres da roda dão continuidade. A indumentária das mulheres é composta por uma saia longa, rodada e colorida, e a dos homens é uma camisa azul. Os batuqueiros e batuqueiras dão liberdade para os expectadores entrarem na roda e participarem da dança.

DANÇAS

Além do Batuque, outras danças são tradicionais na região. De inspiração portuguesa, a Dança de São Gonçalo é praticada em diversos lugares do País, com variações na coreografia, na indumentária, nos instrumentos, na imagem do santo, entre outras diferenças. São Gonçalo do Amarante é conhecido em Portugal como santo casamenteiro e, no Brasil, se tornou padroeiro dos pescadores, violeiros, e tem sua história vinculada à tentativa de livrar as mulheres da prostituição. Segundo consta, São Gonçalo do Amarante, sacerdote católico, decidiu direcionar suas ações religiosas para missões populares. Atuando na região portuária, observou o grande número de mulheres que se prostituíam com os marinheiros que aportavam e resolveu intervir na situação, improvisando a construção de um violão que tocava no cais nos fins de tarde. Com músicas festivas, o santo convidava as mulheres para participar das danças, que tinham canções com um conteúdo devocional a Deus, o que levou várias daquelas mulheres à conversão.

São Gonçalo teve seu culto aprovado pela Igreja Católica em 1560 e, com a unificação das festas dos santos ocorrida em 1969, sua festa passou a ser celebrada oficialmente em 10 de janeiro. Atualmente, a Dança de São Gonçalo é realizada com a intenção de pagar promessas feitas em virtude do recebimento de alguma graça alcançada por meio dele.

Um dos lugares onde a dança acontece é no povoado de Barra do Guaicuí, situado no município de Várzea da Palma (MG). Na localidade, os homens e mulheres pagadores de promessa se organizam em fila com seis pessoas de cada lado. Os integrantes do grupo cantam e dançam acompanhados pelos músicos que tocam viola, caixa de folia, violão e cavaquinho. Os homens são sempre os guias da festa e as mulheres os acompanham, fazendo a dança em até 24 rodas, conforme a promessa da pessoa. A dança pode durar horas, com intervalos para café e almoço. Caso haja algum doente, os pagadores de promessa dançam na sua frente.

A Dança de São Gonçalo também é praticada em Januária (MG), contudo, no local, como o santo é considerado casamenteiro, a dança é direcionada às moças que desejam se casar. Tradicionalmente, o grupo é formado por senhoras de meia idade que dançam em 12 pares, vestidas de branco e erguendo arcos adornados com fitas brancas. As mulheres do grupo dançam tanto no dia 10 de janeiro, dia do santo, quanto nos eventos festivos para os quais são convidadas.



Costuma ter duas promessas numa festa só. Às vezes a pessoa aproveita: “eu tenho uma promessa”. Ela tem? Vamos fazer juntos.

Hermano Batista da Silveira

(praticante da Dança de São Gonçalo, de Várzea da Palma)

Eu comecei a dançar no São Gonçalo eu tava com oito anos... Hoje eu estou com 51 anos. É uma vida... Essa é a proporção da Dança de São Gonçalo. Todas as pessoas que me chamam, seja onde for eu vou, não importa aonde seja que eu vou. Na minha família, dançar São Gonçalo já é tradição.

Maria das Mercês Santos

(praticante da Dança de São Gonçalo, de Brejo do Amparo, Januária)

Compondo a tradição cultural do São Francisco, tem-se a Dança do Carneiro, que está associada à religião católica e às danças afro-brasileiras. A dança tem origem no norte de Minas e é considerada uma variação do Batuque, por ser dançada em pares que vão ao centro da roda pulando, batendo palmas e os ombros, uns nos outros. Os toques ombreais, conhecidos como “marrada”, são ligeiros e repetidos diversas vezes no decorrer da dança, simulando uma cabeçada de dois carneiros. Nas músicas cantadas na dança há um jogo de palavras que rimam quando lançadas em contraponto, no qual uma pessoa fala um verso e o outro responde:

Agora chegou o tempo, da guerra de mantimento.

Trabalho, barulho é guerra, chamo tempestade de vento,

Que abre o “pio” de guerra, mamão diz que não.

Aqueles dois que tá na panela dá um petisco bão!

Na cidade de Icaraí de Minas (MG), a expressão existe há mais de 70 anos e é realizada sempre que o grupo é convidado. Na localidade, os pares dançantes recitam versos improvisados, conhecidos como loas¹, ao som do roncoio, instrumento que conduz a dança. Geralmente, os pares são constituídos por um casal de homem e mulher, mas, caso seja necessário, as duplas podem ser substituídas por pessoas do mesmo gênero.

Segundo relatos dos praticantes, o nome Carneiro ou Carneirada faz uma alusão à figura do Cordeiro de Deus e, por isso, é praticada principalmente às vésperas do período natalino, a fim de homenagear o Menino Jesus. Atualmente, a Dança do Carneiro é feita em sua maioria pelos icaraenses mais velhos. São poucos os jovens e crianças que se interessam em participar da dança, o que ameaça sua continuidade.

FOLGUEDOS

Os folguedos existentes na região norte-mineira se apresentam por meio de diferentes dramatizações. Entre eles citam-se a prática dos folguedos do Boi, tradição difusa em todo o território do São Francisco. Em geral, esses folguedos possuem um caráter de brincadeira, combinando dança, música e encenação da morte e ressurreição do Boi. Sua origem mescla elementos da cultura lusa, africana, indígena, se fundindo também com a cultura local e regional dos diversos lugares onde acontece, formando variações como Boi Pintadinho, Boi-Bumbá, Boi Tinga, Boi de Reis, Reis de Boi, entre outros. É importante ressaltar que, embora existam semelhanças, como a improvisação e a presença do Boi, esses folguedos possuem múltiplas particularidades. As variações se situam principalmente nas datas, nos personagens, nos temas e nas referências.

No município de São Francisco (MG), por exemplo, existe o Boi de Reis, que está relacionado ao ciclo natalino e às homenagens feitas aos Reis Magos. As apresentações do grupo acontecem nas Festas de Reis, juntamente com a Folia. Na cidade, os ternos saem às ruas quando o Boi, que é feito com uma armação de arame coberta por tecido e uma cabeça de boi empalhada ou feita de couro, anuncia sua saída:

*Todo mundo me dizia / que este boi não saía /
Meu boi está na rua / com prazer e alegria /
Saiu, saiu / saiu daqui agora
Saiu meu boi moreno / neste instante, nesta hora*

Ao som produzido pelos tambores, caixas e taróis, os personagens do folgado brincam e dançam com uma coreografia marcada por rodopios, pinotes e pequenos saltos. O enredo apresenta o vaqueiro cuja mulher, Catirina, está grávida e com desejo de comer fígado ou coração de boi. No auto, o Boi é morto, mas seu dono exige que ele ressuscite. Nesse momento, personagens como o curandeiro, o tamanduá, a onça, a mulinha de ouro, as catirinas e os vaqueiros dançam e cantam para que o Boi volte à vida. A ressurreição do Boi é motivo de alegria e comemoração para todos os participantes.

Outra forma de expressão que envolve a figura do boi é o Rei de Bois, que acontece no município de Itacarambi (MG). Na localidade, o folgado se inicia no dia 6 de janeiro, dia de Reis e se encerra no final do mesmo mês. A apresentação do Boi acontece pelas ruas, onde ele exibe sua coreografia em frente às residências onde foi “comprado”,

arrastando consigo seu público, coral e personagens. A dramatização segue uma dinâmica semelhante à da cidade de São Francisco, iniciando as danças a partir do sacrifício do Boi. Geralmente há interação dos expectadores com a dança teatralizada, dando espaço para brincadeiras e gracejos.

Também ligado ao ciclo natalino e à devoção aos Reis Magos, encontra-se o Rei dos Temerosos ou Rei dos Cacetes. No norte de Minas a tradição é praticada principalmente no município de Januária, por influência de um pescador negro de nome Norberto Gonçalves dos Santos. Norberto, mais conhecido por Berto Preto, era morador da Rua de Baixo, localizada às margens do Rio São Francisco, lugar em que ainda hoje vivem muitas famílias de pescadores. Segundo relatos, Berto Preto aprendeu a dança e ensinou para a comunidade da rua, que disseminou o folguedo entre os demais habitantes da cidade.

Atualmente, o Terno dos Temerosos é composto por cerca de 30 homens, entre crianças e adultos, que se vestem com roupas de marinheiros e dançam utilizando bastões de madeira nas mãos, simbolizando a arma do lutador. Os bastões ditam o ritmo que evolui conforme a elaboração dos passos, indo de um ritmo mais lento ao mais rápido. Os dançarinos se movimentam ao som da viola, do violão, bongô, pandeiro, caixa e das vozes dos cantadores. O Terno é acompanhado por um público extenso composto por pessoas de todas as idades. É importante ressaltar que o trabalho de sociabilização e inclusão social feito pelo grupo tem ajudado o município a combater a incidência de criminalidade, violência e uso de drogas.

Nos vestimos como marinheiros e nos denominamos “marujada de água doce” que historicamente nos remonta a reconquista da Península Ibérica, no final da Idade Média, e a expulsão dos mouros. Segundo relatos do capitão do grupo, dentre os que lutaram na expulsão dos árabes na Europa, havia vários grupos, os que lutavam com espadas e os que lutavam com bastões, chamados vara-paus, estes representavam as camadas sociais mais baixas dos guerreiros. Desse modo, essa manifestação popular é uma representação da luta dos guerreiros que lutavam com os bastões.

João Damasceno
(capitão do rei dos Temerosos)

CANTIGAS DE RODA

Nós tinha um grupo era umas vinte e tantas [...] Nós agora somos seis... As outras o marido não deixa. O marido não deixou. –“Ah, qual é, nada disso, dançar é coisa de mulher sem que fazer”. - Imagina se cantar é coisa de mulher sem o que fazer? Cantar é nossa qualidade. E pra mim eu me acho feliz [...] Olha eu saí lá de casa morrendo de dor de cabeça, agora minha dor de cabeça já passou... Passou... Eu gosto de alegria...

Dona Roxa

(87 anos, membro do grupo de Cantiga de Roda, de Matias Cardoso)

As cantigas de roda se constituem em conjunto de canções de autores desconhecidos, que abordam temas fantásticos ou que dizem de uma experiência coletiva, e que, por sua vez, são dançadas em círculos e de mãos dadas, por homens, mulheres e crianças. O bem cultural é intergeracional e geralmente é transmitido por meio da oralidade e de suas representações performáticas. De acordo com Câmara Cascudo², as brincadeiras e cantigas de roda, quando repassadas a outra geração, tendem a seguir uma “sucessão ininterrupta de movimento e de canto quase independente da decisão pessoal ou do arbítrio administrativo”. As cantigas são comuns no território norte-mineiro, harmonizando com o dia a dia das crianças e dos demais habitantes, que de maneira livre e espontânea cantarolam suas letras e melodias.

99

Em Matias Cardoso (MG), um grupo de mulheres, guiadas pela Mestre Dona Roxa, pratica a roda e se apresenta em diversas ocasiões, como festas da cidade. A estrutura das cantigas, ou entoadas, é marcada pelo jogo de versos e pela existência de duas linhas melódicas, ou seja, o uso de uma voz grave e outra aguda. As dançarinas costumam convidar as crianças, os adultos e idosos que estão assistindo para entrar na roda e compartilhar o momento. Os homens costumam participar do coro de vozes ou tocam instrumentos, como é o caso do Seu Roque e de seu grupo de violeiros, que acompanham as apresentações.

NOTAS

1. De acordo com Luís da Câmara Cascudo, as cantigas e versos populares em louvor aos santos que podem ser improvisados ou não. (CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1954.)

2. CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1988, p. 146.





PINTURA CORPORAL E ARTE GRÁFICA INDÍGENA

A pintura corporal e as artes gráficas indígenas estão presentes no norte de Minas principalmente por meio dos índios Xakriabá. Desde a pré-história, o grafismo figura como um meio de expressar a relação entre os seres humanos e o mundo à sua volta. Para os povos indígenas, o grafismo e a pintura corporal são algumas das formas de expressar seus hábitos, costumes e percepções de vida. Os desenhos por eles feitos compõem um conjunto de símbolos e sinais não verbais de comunicação que reforçam sua identificação social e cultural. Entre os Xakriabá, as pinturas são feitas cotidianamente e/ou em ocasiões cerimoniais, utilizando uma tintura obtida por meio da maceração do jenipapo e do barro. Seus padrões gráficos mais tradicionais são os geométricos e curvilíneos, que geralmente representam o movimento das águas, o encontro dos rios e a união do povo Xakriabá. A inspiração para a pintura também parte dos *presentes dos antigos*, como as pinturas rupestres e os artefatos arqueológicos, e da recriação de pinturas dos *povos parentes*, como os Xavantes e os Xerentes.

É importante ressaltar que a pintura corporal tem sido recuperada ao longo dos anos pelos próprios Xakriabá, que haviam abandonado paulatinamente o colorido de seus corpos diante das perseguições, da influência da catequização e do escárnio da sociedade. Hoje, os Xakriabá veem na pintura corporal, no uso de seus adornos, na língua e na produção do artesanato uma forma de resistência e

representação social, que também contribui para a manutenção de suas tradições.

A pintura também nós considera que é importante pra nossa identidade, como povo, como povo indígena, povo diferenciado, né? E a pintura pra nós não é só algo que identifica, mas é sagrado pra nós. É diferente de alguém que chega e fala assim: você pode me pintar? Pode, até que pode, né? Mas pintar por pintar por si só não é interessante, né? É saber o que tá fazendo. Saber o que aquilo significa pra pessoa. Então pra nós, Xakriabá, a pintura vai muito mais além. Que além de se tá pintando a pele, pra nós, ela tá na alma, né? Num é só a pintura que tá aqui na pele que solta com sete ou dez ou quinze dias, dependendo da tinta, do fortalecimento da tinta, mas é o que significa pra gente. Porque foi um trabalho que nossos ancestrais fez e nós continuamos fazendo. Isso pra nós é muito mais além do que simplesmente um símbolo, mas também é uma espiritualidade, tá na alma – né? – ao pintar o corpo.

Hilário Xakriabá

(liderança Xakriabá)



MITOS E LENDAS DO SÃO FRANCISCO

Os mitos e as lendas fazem parte da cultura dos norte-mineiros. Eles compõem e interferem na formação do seu imaginário¹ e de sua identidade, sendo reelaborados e ressignificados a cada geração. A memória coletiva, marcada pela força das tradições e representações, dá vida e corpo aos seres lendários por meio do artesanato, de esculturas, contos, teatros, conversas cotidianas, etc. Câmara Cascudo² chamou a atenção para o caráter híbrido dessas narrativas apontando a influência das diversas etnias que compunham a literatura oral brasileira: “um exame dos tipos fabulosos mostra a hibridez de todos, sua confusão fisiológica, dando-os como somas espontâneas de reminiscências diversas”.

103

A liberdade inventiva e poética produzida a partir das experiências evocadas e da percepção dos elementos da natureza, tal como a água, possibilita a criação de diversas imagens. É nessa perspectiva que se entende a marcante presença das figuras míticas na vida dos povos sanfranciscanos, que, em sua relação com o rio, convivem com as lendas do Caboclo d'água, da Mãe d'água e da Carranca.

O Caboclo d'água é um ser aquático que vive nas águas do Rio São Francisco e se manifesta por meio de uma figura de aparência humana de cor escura, cabeça arredondada e tronco musculoso. É conhecido por revirar as embarcações e assustar os pescadores e ribeirinhos que o desrespeitem ou contrariem.



[...] meus amigos aí de infância juram que foram tomar banho, que aprenderam a nadar no rio aí com cabaças e tava eu e meus amigo aí tudo e tal, aí uns tinham medo dele puxar... (risos) e o menino lá falou assim ‘e como é que ele acende esse cachimbo dentro d’água?’ Aí não tem explicação né. [...] Então essa lenda do Caboclo d’Água é bem forte ainda.

Seu Adão
(morador de Ibiaí)

Outra figura que povoa o imaginário local é a Mãe d’água, uma linda mulher que se senta, principalmente à meia-noite, sobre uma pedra no rio para pentear seus cabelos com pente de ouro. Segundo a lenda, nesse horário, por dois minutos, as águas do rio param de correr e os peixes param de nadar. Enquanto o rio adormece, a Mãe d’água vai para fora, procurando uma pedra para sentar e pentear os cabelos, castigando com a doença da loucura o pescador que assistir à cena.

As carrancas, por sua vez, são imponentes esculturas de madeira que representam um ser mítico e feroz com traços de homem e animal em seu semblante. Sua figura está diretamente ligada à navegação no São Francisco, sendo colocada na proa das embarcações tanto para adornar como para proteger os pescadores e barqueiros dos maus espíritos, como o Caboclo d’água. Historicamente, o uso da escultura na proa das embarcações data de meados do século XIX. Relatos de viajantes como Durval Vieira de Aguiar, que já em 1882 se referiu à figura artesanal com o termo “carranca”, indicam a tradicionalidade de seu uso na região: “Na proa vê-se uma carranca ou grifo de gigantescas formas, de modelos sem dúvida transmitidos pelos exploradores dos tempos coloniais”³. Atualmente, a escultura se tornou um marco na arte e no artesanato regional, sendo praticada pelos chamados *carranqueiros*, que criam peças próprias e únicas de elevado significado artístico, simbólico e emocional.

Além das figuras do rio, é possível encontrar, principalmente entre os povos Xakriabá, o mito da Onça laiá. Trata-se de um ser encantado que possui destaque como mito estruturante da relação dos Xakriabá com sua terra e das histórias de lutas pela manutenção do território. Para os Xakriabá, a Onça é considerada como “a vó de todos”, e é também denominada como “laiá Caboclá”, ou, simplesmente “laiá”, termo usado pelos Xakriabá para designar um parente do qual não

mais se sabe o nome, ou cuja genealogia se perdeu no tempo. A entidade apresenta-se como ícone da cosmologia e guardiã das terras Xakriabá, a quem se deve pedir permissão para adentrar nas matas, águas e lapas indígenas⁴.

O mito envolvido com essa figura possui múltiplas versões, que têm em comum a história de uma moça que se transformou em onça para matar o gado e alimentar seu povo, os Xakriabá. Segundo a lenda, a moça virava onça ou tornava a ser humana quando sua mãe lhe colocava um galho na boca. Um dia, porém, sua mãe não encontrou o galho certo, ou como em outras versões, teve medo e fugiu, deixando-a como onça para sempre. A partir daí a onça passou a matar o gado dos fazendeiros para alimentar os povos indígenas, e a se refugiar nas grutas e lapas da região.

O mito influencia os ritos dos Xakriabá, assumindo papel de oráculo, cujas informações são recebidas pelo Pajé. O terreno ritual é sagrado e se localiza, seguindo a dinâmica do mito, próximo às grutas, lugar onde os participantes consomem a “jurema” (bebida com propriedades alucinógenas) e discutem temas relacionados à proteção da Comunidade.

106

Crer no mito da Onça e participar dos rituais são condições para que se possa assumir um cargo de liderança, principalmente o de Cacique. Em função das perseguições sofridas pelos Xakriabá, certas práticas e alguns conhecimentos possuem lugar privilegiado, como o Toré, ritual fechado de contato com os seres encantados, como a Onça laiá.

Mas assim, de modo geral, nós chamamos de laiá Cabocla, uma protetora dos Xakriabá. É fato que, segundo nossos ancestrais - já tem passado, né? -, que até na luta pelo território ela tem feito essa defesa, através dos pajés que chama por ela, né? No momento difícil, né? E ela inspira as pessoas, os guerreiros, né? Principalmente os que tão de frente, o próprio pajé, o próprio cacique. E vêm as outras lideranças de frente, né? Os guerreiros. Pra quem se identifica através da laiá Cabocla, pra poder enfrentar, fazer os enfrentamentos.

Hilário Xakriabá
(liderança Xakriabá)

Outro tipo de mito existente na região é sobre a ocupação de seu território, agrupando variadas histórias e versões sobre a origem dos povoados norte-mineiros. Destaca-se o mito de fundação de Buritis das Mulatas, povoado do município de Várzea da Palma (MG). À sua origem estão associadas três narrativas: a primeira ligada à figura do coronel Cipriano Medeiros, que teria dado o nome à localidade em razão das muitas mulatas que trabalhavam em sua fazenda; outra versão está associada com o banditismo que ocorreu no local, pois, segundo relatos, em uma das ações armadas os baderneiros e bandidos deixaram as mulheres para trás; por fim, o terceiro mito relata a história de um padre holandês que, ao ver os doentes na estação local, mandou os enfermos abandonarem as muletas, mas, em vez de “muletas”, falou: “Soltem as mulatas!”, fato que, segundo os moradores, influenciou na denominação do povoado.

NOTAS

1. É importante destacar que o termo ‘imaginário’ aqui mencionado não se trata do que é relativo à fantasia, faculdade imaginativa ou imaginação. O conceito envolve uma ampla carga de tradição, crenças, costumes e valores que compõem a cultura de um povo.

2. CASCUDO, Luís da Câmara. **Geografia dos mitos brasileiros**. 2.ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1976, p. 185.

3. AGUIAR, Durval. V. **Descrições práticas da província da Bahia**. 2.ed. Rio de Janeiro/Brasília: Cátedra/MEC/Instituto Nacional do Livro, 1979, p. 33.

4. SANTOS, Rafael Barbi Costa e. **A Cultura, o Segredo e o Índio**: diferença e cosmologia entre os Xakriabá de São João das Missões - MG. 207 f. 2010. Belo Horizonte: Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010.





LUGARES DE MEMÓRIA

O rio é o personagem principal em grande parte das descrições e dos estudos produzidos por viajantes, memorialistas e historiadores sobre as regiões do São Francisco; com suas corredeiras chamadas de cachoeiras e seus barrancos, cânions e praias. É um patrimônio natural, material e imaterial, devido à força de sua expressão simbólica e identitária atuante na construção da identidade sertaneja e ribeirinha e de espaços de sociabilidade nas cidades e comunidades próximas. Tais lugares são entendidos em três dimensões: material, simbólica e funcional, simultaneamente¹. É nesses ambientes que a coletividade encontra espaço para desenvolver e reproduzir seus laços, conhecimentos, valores, crenças, sentimentos e práticas, conferindo a eles representações espirituais, religiosas, ritualísticas, econômicas, sociais e culturais.

No norte de Minas, lugares como mercados, praças, largos, praias e cais fazem parte da memória, criando e recriando unidade e identidade e tornando imaginários os limites e as fronteiras físicas e geográficas. A força simbólica sanfranciscana é tecida por sua história e pela ritualização de suas tradições culturais moldadas pelo rio. Essa dinâmica é a base para a construção, ao longo dos séculos, de práticas cotidianas relativas aos lugares de memória de suas cidades e comunidades.

Grande parte dos municípios existentes hoje no Médio e Alto São Francisco tiveram como marco fundador as bandeiras e entradas que ocuparam a região e devastaram as populações indígenas ali

existentes. Essa ocupação transportou novas perspectivas simbólicas para os espaços já existentes, forçando um diálogo entre eles. Assim, ao longo dos anos, determinados lugares foram sendo utilizados pelos novos e antigos habitantes da região e se tornando profundamente representativos. Os largos das igrejas, por exemplo, figuram como espaços sagrados, onde são reproduzidas práticas religiosas, cotidianas, festivas, cívicas, entre outras. Em localidades como Brejo São Caetano do Japoré, Brejo do Amparo e São Francisco, esses espaços são apropriados pelos moradores e visitantes que ocupam o lugar com múltiplos usos, tais como cerimônias religiosas, missas, barraquinhas, procissões, encenações de teatro, atos políticos e escolares.

Na mesma perspectiva encontram-se as praças, lugares privilegiados para encontros e relações de sociabilidade. Como exemplo, destaca-se a Praça Cais Água Viva, em Itacarambi (MG), localizada na margem do Rio São Francisco. Recentemente, foram edificadas na praça várias esculturas que fazem alusão aos mitos, lendas e natureza locais, tais como o Caboclo d'água, a sereia encantada, a fauna e a flora típicas da região. A praça, juntamente com seus monumentos, é, portanto, um espaço cotidiano de ocupações esporádicas de solitários, namorados, famílias, intelectuais, cidadãos em geral. É também um espaço simbólico, no qual a população cria e multiplica sociabilidades e identidades, além de ser funcional, pois à sua beira se dirigem as lavadeiras, os barqueiros, pescadores e demais moradores que desfrutam da utilidade do lugar e do rio. Finalmente, a praça tem, também, um sentido ritual, pois é palco de manifestações culturais como o Reis de Boi, a Festa de Nossa Senhora da Conceição, a Festa de Nossa Senhora de Fátima, *shows*, eventos políticos e cívicos.

Outro lugar importante para a população do norte de Minas, por sua função de centralidade, são os mercados municipais, onde se desenvolve o comércio, prática enraizada na tradição dos sanfranciscanos. Como exemplo dos intensos fluxos e trocas que ocorrem nesses lugares, tem-se o Mercado de Januária, símbolo de resistência por manter particularidades regionais, e que impressiona pela mistura e abundância de insumos e artefatos, que encanta gerações e que indigna militantes com o setor de venda de animais. O mercado também é famoso por seus bares, que concentram a ampla diversidade da culinária sanfranciscana através da comercialização de torresmo, chouriço, tapioca, paçoca de carne de sol, arroz com pequi, doces com frutos do cerrado, entre outros.

Eles gosta muito, né? Dos produtos daqui [do Mercado], porque é um produto de qualidade, né? Produto bom, tudo fresquinho. A gente colhe na ilha antes de vim.

Maria José

(feirante do Mercado de Januária)

Pra mim o mercado é tudo na vida! E é desse produto, dessas coisinha que eu criei meus filhos. Eu fiquei viúva com 33 anos, eu fiquei com nove filhos, tive um parto gêmeo e eu com essas coisinha aqui criei meus filho, graças a Deus. Vendi pão de queijo na rua, biscoito frito, isso tudo pra manter meus filho, graças a Deus, e tô neste ramo até hoje e acho que só vou parar o dia que Deus me chamar.

Maria do Carmo Oliveira

(feirante do Mercado de Januária)

As praias de água doce, como as existentes nos municípios de Pirapora, Januária, São Francisco e São Romão, também figuram como espaços referenciais para a população local. A praia de Pirapora, conhecida como Praia do Areão, é formada após o período das enchentes, possui uma vasta extensão de areia e é marcada pela presença das corredeiras. Os moradores da cidade entendem o lugar como espaço de lazer, trabalho e de interação com a natureza que os cerca. Vale salientar que o volume de água do Rio São Francisco tem diminuindo drasticamente, influenciando na ocupação do espaço e nas práticas desenvolvidas no lugar, tais como o comércio e a pescaria.

Dentre todos os bens culturais que constituem a paisagem do Rio São Francisco, o pôr do sol se apresenta como um dos elementos poéticos da cultura local. O espetáculo por ele promovido não se limita aos momentos contemplativos, mas faz parte da identidade presente no cotidiano daqueles que fazem do cais seu espaço de vida. Contemplado desde os tempos dos primeiros habitantes, o pôr do sol no São Francisco parece nunca repetir seu cenário, pois, composto pelas nuvens, pelos lugares e diferentes climas, o acontecimento a cada dia apresenta um novo horizonte de cores e sentidos para a população norte-mineira, que vê na contemplação do pôr do sol uma maneira de agradecer ao Rio São Francisco por todas as suas dádivas.

Conforme visto nas páginas deste caderno, o Rio São Francisco produziu um vasto emaranhado de bens culturais que cativam, impressionam e emocionam. O projeto desenvolvido ao longo desses anos buscou jogar luz sobre alguns desses aspectos. Orientados pelos apontamentos das comunidades, chegamos ao final desse trajeto, mas não ao fim da jornada.









Com os resultados alcançados, novos horizontes se abrem e novos compromissos são estabelecidos, sempre com a expectativa de valorizar e salvaguardar os bens culturais do norte de Minas, fundamentais para todo o estado.

NOTAS

1. NORA, Pierre. Entre Memória e História: a Problemática dos Lugares. **Projeto História**. [online]. 1993, vol.10, p. 7-28.

RELAÇÃO DE BENS INVENTARIADOS*

116

MUNICÍPIO	BEM CULTURAL	TIPO DA FICHA
Buritizeiro	Modo de Fazer Artesanato com Fibra de Buriti	Saberes e Ofícios
	Modo de Fazer Doce de Buriti	Saberes e Ofícios
	Modo de Fazer Licor de Pequi e Murici	Saberes e Ofícios
	Plantas Medicinais	Saberes e Ofícios
Ibiaí	Comunidade Barra do Pacuí	Lugar
	Mitos e Lendas do Rio: Mãe d'água e Caboclo d'água	Formas de Expressão
	Modo de Fazer Paçoca de Baru	Modo de Fazer
Icaraí de Minas	Modo de Fazer Rocoio	Modo de Fazer
	Dança do Carneiro	Formas de Expressão
	Festa de Nossa Senhora da Conceição	Celebrações e Ritos
Jaíba	Batuque	Formas de Expressão
	Festa de Nossa Senhora da Glória	Celebrações e Ritos
	Modo de Fazer Artesanato com Fibra de Bananeira	Saberes e Ofícios
Manga	Incelença	Formas de Expressão
	Largo da Igreja de Brejo São Caetano do Japoré	Lugar
	Modo de Fazer Farinha de Mandioca	Modo de Fazer
	Encomendação das Almas	Formas de Expressão
	Povoado Brejo São Caetano do Japoré	Lugar
	Benzeção	Celebrações e Ritos
	Modo de Fazer Esculturas em Madeira	Saberes e Ofícios
	Modo de Fazer Redes de Pesca	Saberes e Ofícios
	Modo de Fazer Selas	Saberes e Ofícios
	Modo de Fazer Barco	Saberes e Ofícios
	Modo de Fazer Manteiga de Garrafa	Saberes e Ofícios
São Romão	Caboclo	Formas de Expressão
	Congado	Celebrações e Ritos
	Batuque de São Romão	Formas de Expressão
Várzea da Palma	Comunidade de Barra do Guaicuí	Lugar
	Mitos de Origem de Povoação de Buriti das Mulatas	Formas de Expressão
	Dança de São Gonçalo de Promessa	Formas de Expressão
São João das Missões	Casa Medicina Xakriabá	Lugar
	Mito da Onça Yaya	Formas de Expressão
	Arte Gráfica e Pintura Corporal Xakriabá	Formas de Expressão
Ponto Chique	Modo de Fazer Rapadura	Saberes e Ofícios
	Batuque de Ponto Chique	Formas de Expressão

Pintópolis	Modo de Fazer Biscoito Peta	Saberes e Ofícios
	Festa de Nossa Senhora da Abadia	Celebrações e Ritos
	Modo de Fazer Rapadura	Saberes e Ofícios
	Modo de Fazer Requeijão	Saberes e Ofícios
	Modo de Fazer Cachaça	Saberes e Ofícios
Pirapora	Pesca Artesanal	Saberes e Ofícios
	Praia	Lugar
	Modo de Fazer Matizes e Bordados Dumont	Saberes e Ofícios
	Ofício do Vapozeiro	Saberes e Ofícios
São Francisco	Modo de Fazer Carro de Boi - Vila do Morro	Saberes e Ofícios
	Modo de Fazer Beiju	Saberes e Ofícios
	Modo de Fazer Ginete	Saberes e Ofícios
	Boi de Reis	Formas de Expressão
	Folia de Reis	Celebrações e Ritos
	Largo da Igreja Matriz de São José	Lugar
	Modo de Fazer Viola	Saberes e Ofícios
	Modo de Fazer Moqueca de Surubim	Saberes e Ofícios
	Modo de Fazer Paçoca de Carne de Sol	Saberes e Ofícios
	Ofício da Parteira	Saberes e Ofícios
Pedras de Maria da Cruz	Batuque de Palmeirinha	Formas de Expressão
	Produção de Pilões e Gamelas	Saberes e Ofícios
	Comunidade Quilombola de Palmeirinha	Lugar
Januária	Dança de São Gonçalo	Formas de Expressão
	Modo de Fazer Feijão Tropeiro	Saberes e Ofícios
	Festa de Nossa Senhora do Rosário	Celebrações e Ritos
	Largo da Igreja de Nossa Senhora do Rosário	Lugar
	Mercado de Januária	Lugar
	Rei dos Temerosos	Formas de Expressão
Matias Cardoso	Cantiga de Roda	Formas de Expressão
	Festa do Divino	Celebrações e Ritos
	Festa de Nossa Senhora da Conceição	Celebrações e Ritos
	Largo da Igreja Nossa Senhora da Conceição	Lugar
	Comunidade Pau de Léguas	Lugar
	Reza da Chuva	Celebrações e Ritos
Itacarambi	Reis de Bois	Formas de Expressão
	Mitos e Lendas do Rio: Mãe d'água, caboclo d'água e carranca	Formas de Expressão
	Praça do Cais Água Viva	Lugar
Ubaí	Comunidade Gerais Velho	Lugar
	Modo de Fazer Arroz com Pequi	Saberes e Ofícios
	Modo de Fazer Carne de Sol	Saberes e Ofícios
	Festa de Santa Rita de Cássia	Celebrações e Ritos

* É importante ressaltar que as práticas culturais inventariadas são recorrentes e foram identificadas em todo o sítio pesquisado. Contudo, se estabeleceu como metodologia a seleção de um representante de cada bem cultural.









INVENTÁRIO CULTURAL DO RIO SÃO FRANCISCO

Coordenação IEPHA-MG

Diretoria de Proteção e Memória

Angela Dolabela Canfora – Arquitetura
Luis Gustavo Molinari Mundim – História
Tarcísio Guadalupe de Sá Ferreira Gomes – Técnico

Coordenação Núcleo de História e Cultura Regional – NUHICRE/UNIMONTES

Carla Cristina Barbosa – História
Cesar Henrique de Queiroz Porto – História
Denilson Meireles Barbosa – História

Equipe técnica IEPHA-MG

Breno Trindade da Silva – Antropologia
Débora Raíza C. Rocha Silva – História
Fabiele Cristina Santos Costa – História
Leonardo Augusto Silva de Freitas – Antropologia

Equipe técnica NUHICRE/UNIMONTES

Carlos Caixeta de Queiroz – Antropologia
Caroline Marques Flávio – História
Cassio Alexandre da Silva – Geografia
Flávia Alves Figueiredo Souza – Letras
Gustavo Henrique Gomes de Oliveira – Geografia
Lenize Silva Vilas Boas – História
Maria Generosa Ferreira Souto – Letras
Nôila Ferreira Alencar – História
Patrícia Lopes da Silva – Letras
Raquel Helena de Mendonça e Paula – Artes Plásticas
Rogério de Jesus Oliveira – Sistema de Informação
Simone Narciso Lessa – História
Tiago Mourão Pereira – Sistema de Informação

Estagiários IEPHA-MG

André Elias Ferreira de Oliveira Carvalho, Andrezza Alves Velloso, Bruna Luísa de Paula, Manoella Carvalho Oliveira, Mariana Rabêlo de Farias, Paulo Ricardo Silva Rodrigues, Renata Lopes, Rodrigo Caixeta

Estagiários NUHICRE/UNIMONTES

Ariely Antunes, Caio Hudson Rabelo Alves, Elis Medrado Viana, Jorge Luiz Teixeira Ribas, Roberto Veríssimo Silva Junior

Colaboração

Karine Rodrigues Dias
Luiz Henrique Brás Barbosa Júnior
Maria Regina Antunes Carvalho
Matheus Phelipe Alves
Pedro Jardel Pereira
Fundação de Apoio ao Desenvolvimento de Ensino Superior do Norte de Minas – FADENOR
Instituto Opará
Projeto Cidadania Ribeirinha – Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG)
Prefeituras municipais: Buritizeiro, Ibiaí, Icarai de Minas, Itacarambi, Jaíba, Januária, Manga, Matias Cardoso, Pedras de Maria da Cruz, Pintópolis, Pirapora, Ponto Chique, São Francisco, São João das Missões, São Romão, Ubaí e Várzea da Palma.

CADERNOS DO PATRIMÔNIO IMATERIAL
EDIÇÃO INVENTÁRIO CULTURAL DO RIO SÃO FRANCISCO

Organização e coordenação

Luis Gustavo Molinari Mundim

Elaboração e adaptação dos textos

Débora Raiza Carolina Rocha Silva

Colaboração nos textos

Breno Trindade da Silva e Françoise Jean de Oliveira Souza

Fotografias

Acervo IEPHA-MG, NUHICRE/UNIMONTES e Superintendência Regional de Ensino de Januária (SRE) – Januária-MG

Projeto gráfico

Ana C. Bahia

Revisão de textos

Trema Assessoria em Comunicação Ltda.

Supervisão editorial

Paula Senna

O Inventário Cultural do Rio São Francisco foi realizado pelo Iepha-MG em parceria com as seguintes entidades:

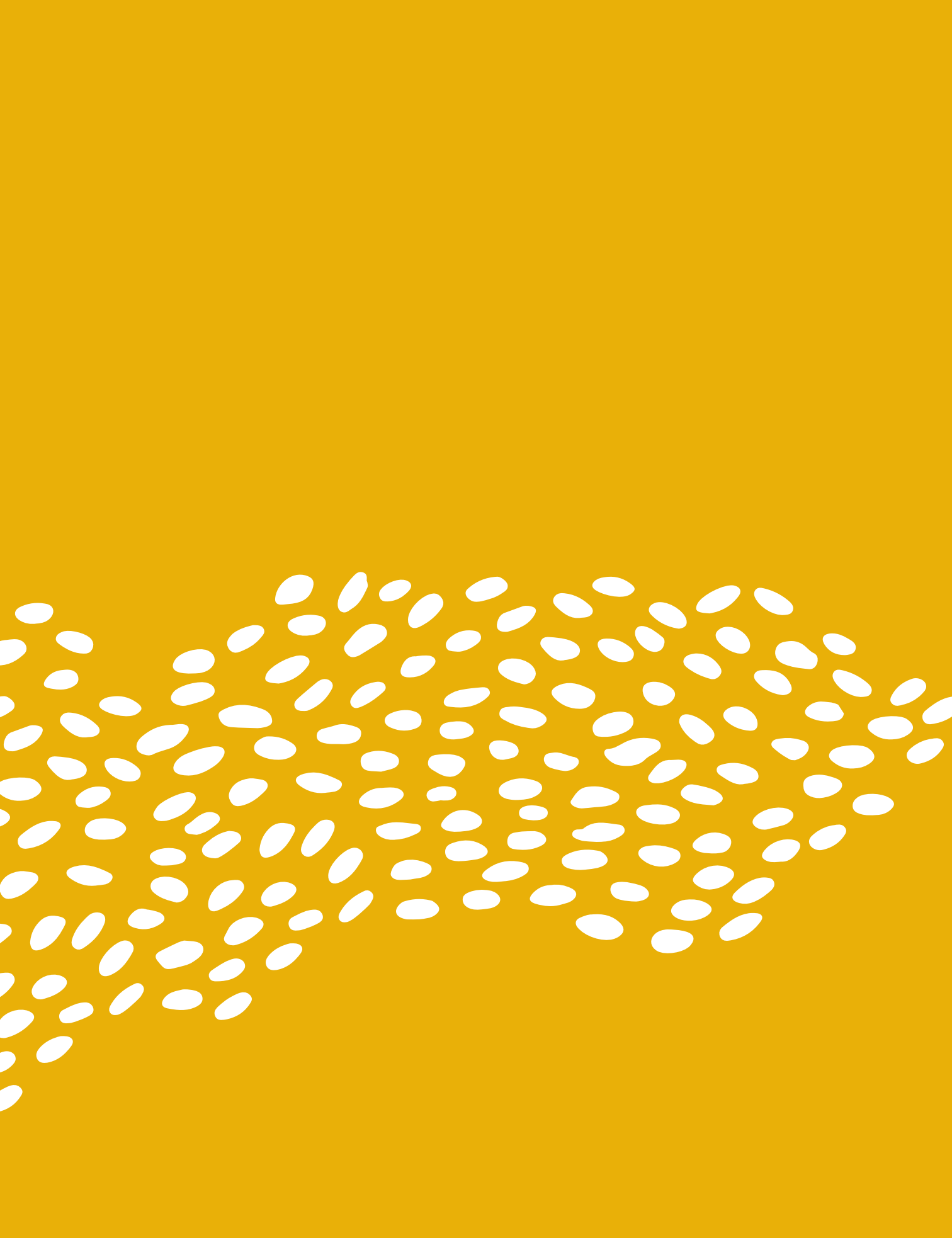




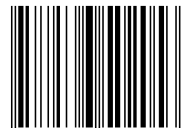


**IMPrensa Oficial
MINAS GERAIS**

Esta publicação foi composta em Myriad Pro sobre papel Couché fosco 115 g/m² para o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais e impressa pela Imprensa Oficial de Minas Gerais em outubro de 2015.



ISBN 978-85-66502-05-3



9 788566 502053 >



SECRETARIA DE
CULTURA

